

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
*CAMPUS* DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS - CCHEL  
COLEGIADO DO CURSO DE HISTÓRIA

**ALTO ALEGRE: TRANSFORMAÇÕES NO VIVER E EDUCAR NO CAMPO  
(TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR, 1980-2010)**

FERNANDA MENEGUEL FOGAÇA

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR  
2011

FERNANDA MENEGUEL FOGAÇA

**ALTO ALEGRE: TRANSFORMAÇÕES NO VIVER E EDUCAR NO CAMPO  
(TRÊS BARRAS DO PARANÁ – PR, 1980-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação da professora Dr<sup>a</sup> Sheille Soares de Freitas, apresentado à banca examinadora do curso de História da UNIOESTE – *campus* de Marechal Cândido Rondon, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR  
2011

Antes de tudo e de todos, sempre a Deus!

Aos meus pais, Mário e Sonia, e minha irmã Flávia, que não mediram esforços para que eu concluísse esse curso, compreenderam o período longe de casa, me incentivaram a não desistir... Foi por vocês que suportei todas as dificuldades!

A Professora orientadora Sheille, pela paciência, incentivo, amizade, orientações e correções.

As minhas amigas que estiveram do meu lado todos os dias, algumas vezes o dia todo, Didia, Mayara, Mônica e Néli. Pelo incentivo em todos os momentos, por me possibilitarem compreender muito sobre história, mas também, e principalmente, o verdadeiro valor da amizade!

Ao meu primo Thiago, a Éverli e a tia Sandra, por todo o incentivo ao longo desse ano, sempre me aconselhando, me ouvindo e principalmente pela amizade!

Aos Professores e Funcionários da Escola de Alto Alegre e aos moradores daquela localidade, pela disponibilidade em serem entrevistados, dividindo comigo suas trajetórias de vida.

A equipe do projeto de extensão do Universidade Sem Fronteiras de 2010, por possibilitarem que eu compreendesse na prática o “fazer da história oral”.

Aos professores do curso de História e todos meus colegas de turma, pelos debates e aprendizados de cada aula, contribuindo para meu crescimento no decorrer desses quatro anos.

A todos aqueles que não foram nomeados, mas que de certa forma estiveram presente nessa caminhada, não apenas nas questões relacionadas à produção desse trabalho, mas em todos os outros momentos de minha vida.

**Agradeço!**

*Eu vejo a vida  
Melhor no futuro  
Eu vejo isso  
Por cima de um muro  
De hipocrisia  
Que insiste  
Em nos rodear...*

*(...)*

*Eu vejo um novo  
Começo de era  
De gente fina  
Elegante e sincera  
Com habilidade  
Pra dizer mais sim  
Do que não, não, não...*

Trechos da música: “Tempos Modernos”  
Composição de Lulu Santos, 1982.  
Álbum: Tempos Modernos.

## RESUMO

Este trabalho visa problematizar as transformações nas escolas rurais, em particular o processo que envolve a permanência da Escola Estadual de Alto Alegre, localizada no distrito de Alto Alegre, área rural do município de Três Barras do Paraná – PR, diante a prática de fechamento de algumas escolas rurais ao seu redor. Nesse encaminhamento, considerei a construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias e a desapropriação de áreas como elementos integrantes das transformações empreendidas e ainda em curso no meio rural em questão, discutindo o processo desde a década de 1980. O projeto “Sem Fronteiras”, desenvolvido durante o ano de 2010, permitiu o contato com os moradores dessa região e também a realização de trabalhos na Escola Estadual de Alto Alegre. O que propiciou o amadurecimento da problemática deste trabalho. O interesse foi discutir, na região que compreende essa escola, o modo como os trabalhadores rurais vivem e constroem sentidos para a sua permanência ou mudança do lugar, o que envolve diretamente o número de estudantes na escola e, ao mesmo tempo, propus analisar como valoram a presença e uso da escola nas relações que compreendem esse processo histórico. Assim, o destaque foi o processo de mudanças e permanências em Alto Alegre entre as décadas de 1980 a 2010, por considerar que a escola não pode ser pensada isoladamente. Ao contrário, deve ser analisada integrando relações de poder desiguais, sendo que, este ato de fechar e manter escolas faz parte de relações mais amplas que pressionam e limitam não só a atuação escolar, mas que interagem com o modo de viver de muitos trabalhadores e pequenos proprietários diante a disputa de projetos e práticas no campo. O trabalho com as fontes orais, dados estatísticos, além da documentação da escola, dentre outras, norteiam a reflexão, mantendo diálogo constante com a bibliografia sobre a temática e o suposto teórico.

**Palavras-chave:** Escolas Rurais; Modos de Vida; Disputas no Campo.

## ABSTRACT

This work aims to problematize the transformations in rural schools, in particular the processes which involve the permanence of School de High Cheerful, located on district of High Cheerful, rural area of municipality of Três Barras of Paraná-PR, before the practice of closing of some rural schools around. This referral, considered the construction of the Hydroelectric Power Plant Salto Caxias and the expropriation of areas as elements integral the transformations undertaken and still in course in middle rural in question, discussing the process since the 1980. The project "Without Borders", developed during the year 2010, allowed the contact with the residents of this region and also realization of work in School of High Cheerful. What led the maturation of the problematic of this work. The interest was to discuss, in the region which comprises this school, the mode how rural workers live and build sense for his stay or change the place, what involves directly the number of students in school and, at the same time, proposed analyzing how to value the presence and use of school in the relationships that comprise this historical process. So, the highlight was the process of changes and stays in High Cheerful between the decades of 1980 to 2010, by considering that the school can not be thought singly. Unlike, should be analyzed integrating relations of power unequal, being that, this act of close and maintain schools is part of relationships broader than pressure and limit not only performance school, but that interact with the mode of living of many workers and small owners against dispute of projects and practices in the field. The work with oral sources, statistical data, beyond documentation of the school, among other, guide reflection, maintaining constant dialogue with the bibliography on the thematic and the supposed theoretical.

**Keywords:** Rural Schools; Ways of Life; Disputes in the Field.

## LISTA DE IMAGENS:

IMAGEM 1: Localização da Microrregião de Cantuquiriguaçu.....	10
IMAGEM 2: População de Três Barras do Paraná – 1991-2007.....	28
IMAGEM 3: Vista Panorâmica do Distrito de Alto Alegre.....	30
IMAGEM 4: Emprego RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) - Município de Três Barras do Paraná.....	47
IMAGEM 5: Emprego CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) – Município de Três Barras do Paraná.....	48
IMAGEM 6: Localização de Alto Alegre em Três Barras do Paraná.....	49
IMAGEM 7: Número de Alunos Matriculados na Escola Estadual de Alto Alegre.....	65

## **LISTA DE ABREVIATURAS:**

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CFR - Casa Familiar Rural

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CRABI - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Fundef - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PPP - Projeto Político Pedagógico

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UHE - Usina Hidrelétrica

UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro do Paraná

UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

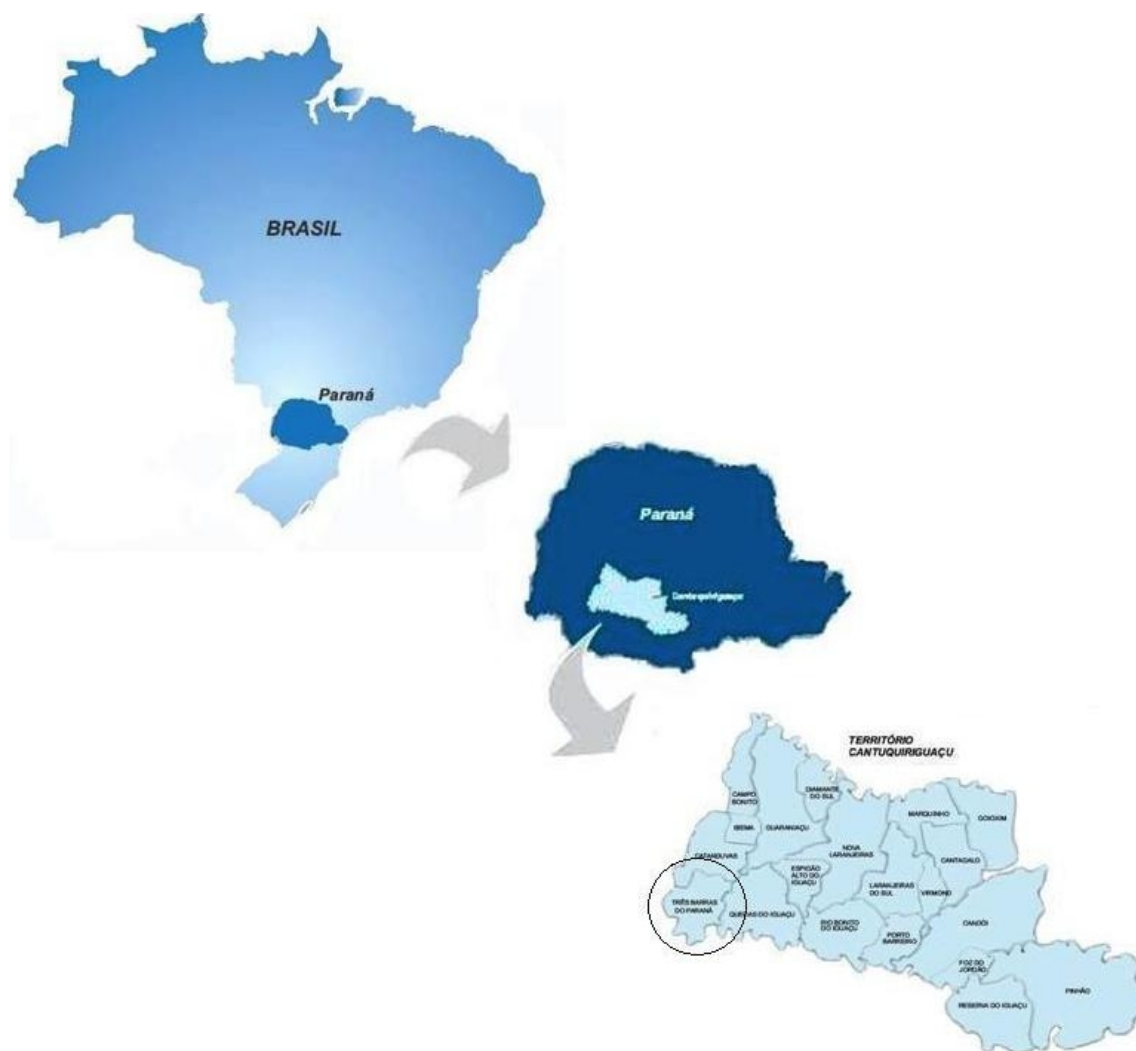


## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>5</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>6</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I - “SAI DAQUI VAI PRA LÍ”: MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES E ESCOLAS NO CAMPO.....</b>	<b>19</b>
<b>CAPÍTULO II - MODOS DE VIVER EM ALTO ALEGRE: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAMPO .....</b>	<b>43</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>74</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho visa problematizar a permanência da Escola Estadual Alto Alegre<sup>1</sup>, localizada no distrito de Alto Alegre, Município de Três Barras do Paraná – PR diante as transformações empreendidas naquela localidade pela saída de trabalhadores e pequenos proprietários, seja pelo processo de concentração fundiária, seja pela construção da Usina e mudanças na atividade no campo. Conforme destacado na imagem 1, apresento a localização de Três Barras do Paraná.



### **IMAGEM 1 – Localização da Microrregião de Cantuquiriguaçu**

Destaque para a cidade de Três Barras do Paraná – Org. da autora

Fonte: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/cantuquiriguaçu.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguaçu.pdf)>

Acesso em Outubro de 2011.

<sup>1</sup> No período matutino a escola atende pelo Estado os alunos de 5ª a 8ª série, no período vespertino, no mesmo prédio, funciona pela prefeitura municipal, oferecendo o ensino primário, de 1ª a 4ª série: Escola Municipal João Mello de Moraes. Em função do contato com a escola estadual, esta análise se concentrará em torno desta, com entrevistas de funcionários que trabalham pelo Estado na grande maioria das vezes, porém, ao mesmo tempo não tem como dissociar as “duas escolas” nesta análise, pois compõem as mesmas questões.

Desde 1966 o Distrito de Três Barras do Paraná pertencia ao município de Catanduvas, conquistando a emancipação em 13 de maio de 1980, a partir da Lei Estadual Nº 7.305, sancionada pelo então governador Ney Braga<sup>2</sup>. Existem neste município 03 Distritos Administrativos - Alto Alegre, Barra Bonita e Santo Isidoro - sendo privilegiado nesta pesquisa o Distrito de Alto Alegre, criado em 05 de outubro de 1984, a partir da Lei Municipal 060/84<sup>3</sup>. Este se localiza a 28 quilômetros da área urbana do município.

A população de Três Barras do Paraná indicada no último censo (2010) é de 11.824 habitantes<sup>4</sup>. A economia atual ainda é marcada pela produção agrícola, caracterizada pela produção de soja, milho, tabaco, feijão e, além disso, é grande a produção de leite e o rebanho de gado de corte<sup>5</sup>. O que influencia diretamente na relevância do estudo sobre como esses trabalhadores e pequenos proprietários se articulam em uma região marcada pela produção no campo.

No decorrer do ano de 2010, fui bolsista do projeto de extensão Universidade Sem Fronteiras - Apoio às licenciaturas, com o projeto *“Intervenção na relação universidade / escola básica: memórias das lutas pela terra em pequenas comunidades paranaenses”*<sup>6</sup>. Esse projeto possibilitou o contato com escolas rurais da microrregião de Cantuquiriguaçu, Oeste do Paraná. Antes desse contato eu não tinha conhecimento algum sobre a realidade das escolas rurais, por isso o interesse em, através da pesquisa, compreender o funcionamento da Escola de Alto Alegre, sua permanência nessa pequena localidade, avaliando, qualitativamente, em que condições se mantinham/mantêm e compõem as relações sociais desses moradores, em sua maioria trabalhadores das propriedades que fazem parte do distrito.

Nesse sentido, a inquietação que motivou desenvolver a pesquisa referente a esta temática surgiu durante entrevistas realizadas com os professores da Escola Estadual de Alto Alegre, ao apontarem o medo de fechamento desta, diante o reduzido número de alunos no atual momento. Além disso, muito se falava do que se modificou naquela localidade, mas embora várias escolas tenham sido fechadas ao seu redor, essa permaneceu, sendo assim, é

---

<sup>2</sup> NITSCHKE, Julio Cesar Vaz. **Três Barras do Paraná**. Curitiba: Letras das Artes, 2001, p. 31.

<sup>3</sup> Idem. *Ibidem*, p. 33.

<sup>4</sup> Conferir tais indicativos no site: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em agosto 2011

<sup>5</sup> Essas informações que propõe caracterizar as atividades do município são indicadas na página da escola: disponível em: <<http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5>> Acesso em Março de 2011.

<sup>6</sup> Equipe constituída: Profª Drª Geni Rosa Duarte, Prof. Dr. Nilceu Jacob Deitos, e Prof. Dr. Paulo José Koling (orientadores); Anderson Arilson de Freitas (profissional recém-formado de nível superior); Ederson Fernando Milan dos Santos, Fernanda Meneguel Fogaça, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Marcelo Zeni, e Sandra Regina Ventura Popielek (estudantes de graduação).

essa permanência que foi problematizada neste trabalho. Compreendendo primeiramente, o porquê e como se faz o processo de transformações que abarca os moradores do distrito em que se localiza a escola, quais implicações esse processo trouxe para esta, assim como, os limites desse continuar da escola rural na região e a relação desta com a comunidade ao seu redor.

Como justificativa para essa análise, parti da existência de poucas pesquisas nesta Universidade – UNIOESTE – sobre escolas rurais, sendo que, as existentes abordam apenas o fim dessas escolas, ao contrário deste trabalho, em que o desafio foi pensar a permanência da escola rural em consonância com os modos de viver dos sujeitos que vivem em Alto Alegre. Carece ainda de outros trabalhos sobre a educação no meio rural que historicize esse processo, assim como a falta de estudos dessa natureza sobre a microrregião abordada: Cantuquiriguaçu.

Nesse sentido, a falta de material sobre a temática em Três Barras do Paraná, tornou-se uma dificuldade no decorrer da pesquisa. Sendo assim, foi necessário consultar trabalhos acerca de outros locais que também problematizassem questões em diálogo com a que proponho nesse trabalho. A bibliografia sobre Alto Alegre e região sobre essa discussão é praticamente inexistente.

Deste modo, os problemas vivenciados por essa população no processo de transformações do período em análise, compõem a discussão da nossa sociedade e é extremamente importante para as reflexões do tempo presente. Sendo que a discussão apresentada não se restringe a uma peculiaridade desse município, mas está relacionada a um debate mais complexo sobre o papel da educação no campo e a permanência de trabalhadores e pequenos proprietários rurais com acesso a terra e à educação.

Assim, fez-se necessário num primeiro momento, compreender as modificações no em torno da escola em Alto Alegre, uma vez que, não há como pensar a escola isolada do seu contexto, sendo fundamental para as relações que compõem o processo de 1980 a 2010, sendo esse o recorte temporal abordado. Além disso, problematizei os motivos e pressões que levaram à saída de grande parte da população, reduzindo, conseqüentemente, o número de alunos nas escolas. Esse estudo apresenta um contexto de relações que estão, aparentemente, fora da escola, mas que interagem com sua presença e atuação escolar na região.

Tal análise é sugerida no trabalho de Eliseu Santana<sup>7</sup>, que ao tratar sobre a desativação de escolas rurais no município de Cascavel – Paraná, entre o período de 1950 a 2005, atenta

---

<sup>7</sup> SANTANA, Eliseu. **Escolas Rurais de Cascavel: Ascensão e declínio**. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel – PR, 2006.

para a necessidade de compreender as transformações agrárias no em torno das escolas, para que assim, entendesse as possíveis implicações desse processo na educação. Por meio dessa análise, Santana problematizou como tais transformações ocorreram naquele contexto, destacando as políticas educacionais de “esvaziamento do campo”, o deslocamento populacional e a concentração de terras, que contribuíram para a quase extinção das escolas rurais no Oeste do Paraná. Sendo assim, foi possível perceber elementos comuns entre a pesquisa realizada por Santana e a realidade de Alto Alegre.

Nesse sentido, parto do entendimento de que no decorrer do período pesquisado, 1980-2010, a região de Alto Alegre vivenciou diversas situações: recebeu trabalhadores para o cultivo da hortelã, assim como experimentou o deslocamento de grande parte desses trabalhadores para outras regiões; principalmente para os estados do Norte e Centro-Oeste do Brasil. Além disso, fez parte desse processo a política municipal de nucleação das escolas na área rural e o aumento da existência de grandes propriedades.

Outro elemento importante para essa análise foi a relação com os projetos de desenvolvimento econômico que disputaram as áreas ocupadas pelas escolas e moradias da comunidade a que atendem. Desse modo, o processo de construção da Usina Hidrelétrica [a partir daqui UHE] Salto Caxias<sup>8</sup> foi significativo nessa investigação, pois compôs as pressões para a movimentação de grande parte da população que deixou o local.

Pensando a partir da construção da UHE Salto Caxias, identifiquei a existência de muitos trabalhos acerca do processo de construção desta hidrelétrica. Os impactos econômicos nas cidades atingidas pelo projeto, os reassentamentos organizados para receber a população atingida pela barragem<sup>9</sup>, enfim, a “nova vida” das pessoas atingidas, porém, muito pouco se fala do que permaneceu<sup>10</sup>. Nesse sentido, ao compreender o processo de

---

<sup>8</sup> A lei 14467 de 21/07/2004 denominou de “Usina Hidrelétrica Governador José Richa”, a “Usina Salto Caxias”. No entanto, neste trabalho será utilizado o nome anterior: Usina Hidrelétrica Salto Caxias, por compreender que embora tenha sido alterado, permanece entre os entrevistados e moradores do local em geral a denominação Salto Caxias, indicando que as mudanças fazem parte da memória, porém com sentidos políticos diferentes e desiguais. As informações acerca desta lei estão disponíveis em:

<<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/804731073bea176503256ee1004307c1?OpenDocument>>. Acesso em Abril de 2011.

<sup>9</sup> Algumas discussões acerca dos modos de vida organizados nos reassentamentos, principalmente no São Francisco de Assis, localizado no município de Corbélia – PR, que recebeu grande parte dos atingidos pela construção da UHE Salto Caxias, estão destacadas nos seguintes trabalhos:

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia** – Um estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2002.

SILIPRANDI, Maria Emília M. L. **Modos de Vida**: Organização Social e Práticas Políticas dos Agricultores do Reassentamento São Francisco de Assis. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2009.

<sup>10</sup> Sobre essa discussão, foram encontrados os trabalhos de Cezar Karpinsk:

transformações desta região, principalmente após a construção da UHE Salto Caxias, busquei entender também de que maneira essas transformações influenciaram o modo de vida desses moradores que lá permaneceram, fazendo essa análise por meio da relação desses sujeitos com a permanência da Escola de Alto Alegre.

Deste modo, trabalhei ao todo com 13 entrevistas<sup>11</sup>. Todos os entrevistados tiveram seus nomes preservados, sendo criados nomes fictícios. Parte dessas entrevistas foi realizada no projeto de extensão, citado anteriormente, em que foram entrevistados principalmente moradores antigos de Alto Alegre e região, buscando compreender a partir das narrativas dessas pessoas como ocorreram as transformações ao longo das últimas três décadas nessa localidade em estudo. Foram realizadas também entrevistas com professores e funcionários da escola, pais e avós de alunos, que vivenciam em seu dia a dia a relação com a escola e com a comunidade.

As questões que nortearam as entrevistas, principalmente as realizadas num segundo momento, quando retornei à cidade para realizar pesquisa complementar para a elaboração deste trabalho, procuraram, em grande medida, perceber se ocorreram mudanças na região e como as escolas participaram desse processo histórico de transformações, destacando como essa realidade compõe um debate mais amplo.

Desta forma, mesmo a narrativa sendo individual, seu conteúdo é social, ou seja, além das informações que as entrevistas possibilitaram, tive que pensá-las como uma prática social, de modo que, por meio desta, colocasse em movimento a noção de que o historiador age no social, lidando com a interpretação do vivido e o sentido atribuído e narrado pelo entrevistado, enquanto experiência social compartilhada, mesmo em desigualdade e em confrontação.

Assim, retomo a colocação de Portelli que insiste que a “memória é um processo, algo que está acontecendo agora, do qual todos participamos”<sup>12</sup>, mas não da mesma forma, na maioria das vezes disputamos essa composição de memórias. A partir disso, coube analisar

---

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória**: a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e a história dos que ficaram. Monografia (Especialização em História Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividade durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2007.

<sup>11</sup> Essa seleção é constituída de um conjunto de 25 entrevistas, realizadas tanto pela equipe do projeto Sem Fronteiras, quanto as que eu realizei, em junho deste ano, para esta pesquisa. Optei por privilegiar apenas 13, por considerar que por meio destas, seria possível discutir as questões aqui propostas, mesmo assim, faz-se necessário indicar as demais, uma vez que de certo modo, compuseram o processo de investigação e análise.

<sup>12</sup> PORTELLI, Alessandro. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 69.

nas entrevistas as memórias produzidas tendo em vista sua relação com o local em que estão inseridas, as transformações sofridas nos últimos anos, frente a trajetória que tiveram de trabalho e vida.

Deste modo, parti da compreensão que as memórias evidenciadas no decorrer das entrevistas é uma produção social que recompõe o passado, mediada por questões do tempo presente. Neste caso, a questão que norteou a análise das entrevistas envolvia a perspectiva de permanência daquela escola, e, pensando na proposição de Portelli, a memória é o significado, o ato interpretativo que o entrevistado atribui à experiência narrada, pois “recordar e contar já é interpretar”<sup>13</sup>, por isso esse processo foi importante na articulação e indicação de questões.

Coube assim problematizar essa memória, a subjetividade presente na entrevista e o processo de sua produção. Ao lidar com as entrevistas, na sua produção e análise, o interesse foi realizar um diálogo dessas com outras fontes, de modo que, a entrevista componha, metodologicamente, o campo de análise e investigação.

Assim, foi necessário confrontar essas fontes, a fim de perceber outras questões que o entrevistado não privilegiou em nossa conversa, já que sua narrativa é fragmentada e contraditória. Para isso, além das entrevistas com trabalhadores da Escola de Alto Alegre e moradores do Distrito consultei documentação referente ao fechamento de escolas rurais naquele município, o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Alto Alegre (PPP), o site do IBGE<sup>14</sup>, CAGED<sup>15</sup> e do IPARDES<sup>16</sup>, que auxiliaram na reflexão sobre a dinâmica desse processo, além da análise de imagens do distrito e da cidade de Três Barras do Paraná.

Em relação a tal documentação, embora esta não tenha sido produzida para ser minha fonte, ou tratar especificamente da minha questão de pesquisa, foi no trato desta como fonte que apresentei minhas intenções e percebi outras evidências no que aparenta normalidade de registro burocrático<sup>17</sup>. No cruzamento desses dados e documentações com as entrevistas foi possível discutir transformações que os sujeitos sociais compartilharam durante o processo de mudança nessa região.

---

<sup>13</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 01, n. 02, 1996. p. 60.

<sup>14</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em Março de 2011.

<sup>15</sup> Cadastro Geral de Empregados e Desempregados: <<http://perfildomunicipio.caged.gov.br>> Acesso em Outubro de 2011.

<sup>16</sup> Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em Setembro de 2011.

<sup>17</sup> Esse procedimento de investigação tem inspiração na proposta apresentada por Thompson, no capítulo Intervalo: a lógica histórica em: **A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Nesse sentido, parti da concepção de que a História é construída através do diálogo entre presente e passado, percebendo assim, que por meio de problemáticas levantadas pelos sujeitos no presente, os acontecimentos do passado passam a compor o repertório de análise para que se tenha a compreensão do processo histórico e possíveis respostas para os questionamentos atuais, não a recomposição do fato, mas lidar com as interpretações e disputas experimentadas. Deste modo, a investigação elaborada na problemática desta pesquisa teve como intuito um incômodo do presente, isto é, a instabilidade da permanência da escola rural e dos sujeitos envolvidos com a mesma.

Porém, para adentrar nessa questão foi preciso recompor um processo em que se apresentassem as confrontações, alianças e transformações dessa realidade, assim como as pressões e limites para sua manutenção e usos. Portanto, compreendo a história como um processo, em que a noção de processo de Thompson continua a ser relevante, pois “qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro”<sup>18</sup>.

As compreensões de Thompson permitiram que durante a pesquisa eu me atentasse aos sujeitos envolvidos no processo. As experiências desses trabalhadores da educação e do campo tornaram-se fundamental para o conhecimento referente ao universo social da escola rural. Estudantes, funcionários e professores das escolas, e como não poderia deixar de ser, os pais desses estudantes – trabalhadores rurais – não estão menos envolvidos com a escola, afinal esta também faz parte da comunidade. Ao falar desses sujeitos, os que se relacionam com eles e intervêm direta e indiretamente em suas práticas, também compôs a problematização em questão: grandes fazendeiros, empresários e o Estado, ou seja, a classe que se mantém hegemônica.

Deste modo, Yara Khoury ao discutir a importância de ouvir o “sujeito histórico” envolvido na questão pesquisada, ajuda a valorizá-los como “pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual ou social são e estão intrinsecamente imbricadas”<sup>19</sup>.

As contribuições de Raymond Williams foram tomadas na pesquisa, na medida em que ele coloca em discussão as categorias de campo e cidade ao analisar a sociedade inglesa, tomando-as não como noções prévias e realidades isoladas, mas propondo a análise das

---

<sup>18</sup> THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 59.

<sup>19</sup> KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, 2001. p. 80



mesmas no processo histórico em questão, evidenciando como “O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações”<sup>20</sup>.

Tal reflexão tornou-se inspiração para este trabalho para indicar que ao falar das escolas rurais e das transformações sociais em que estão inseridas não se deve isolar campo e cidade, pois existem relações complexas entre essas, seja no uso e interesses pelas terras, rios, áreas produtivas, seja na correlação de forças com os trabalhadores diante projetos hegemônicos de controle social e investimentos do capital. Por isso, compôs parte desta investigação a necessidade de indicar como esses processos, de aproximação e distanciamento, são produzidos e vivenciados no terreno do rural e urbano.

Outra questão que cabe destacar é a subjetividade, tão polêmica no debate historiográfico, mas que faz parte do nosso procedimento de investigação. Para Portelli a subjetividade é entendida como interpretação que o sujeito atribui ao fato ocorrido, seja o pesquisador, seja o entrevistado. Segundo ele, a subjetividade “se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”<sup>21</sup>.

Desta forma, ao lidar com as entrevistas e as demais produções tidas na pesquisa como fontes (sites, documentos da instituição escolar, etc.), foi necessário problematizar o que e como estão sendo produzidas, o significado atribuído pelo narrador de determinado evento, não sendo a subjetividade uma especificidade das fontes orais, mas uma prática que compõe as relações sociais, sendo parte constitutiva da produção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, ao problematizar as demais fontes, como os dados estatísticos e a documentação escolar busquei perceber a subjetividade presente nesses. É importante destacar que esses dados e documentos não foram elaborados para serem utilizados como fontes históricas, da maneira que são tomadas nessa pesquisa, por isso, coube uma leitura e problematização desses, no sentido de discutir o modo como as informações indicadas sugerem transformações empreendidas em Alto Alegre, para isso, foi fundamental a confrontação com as demais fontes.

A partir do exposto até aqui, cabe indicar ainda que esse trabalho é constituído de dois capítulos. Sendo abordado no primeiro momento, o local em que essa escola está inserida, as transformações vivenciadas nesse contexto, dentro do recorte temporal escolhido. Neste sentido, através das narrativas dos entrevistados, foi possível problematizar as questões

---

<sup>20</sup> WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1990. p. 387.

<sup>21</sup> PORTELLI, Alessandro. *A Filosofia e os Fatos*. op. cit. p. 64.

correlatas a esse momento histórico, como o processo de nucleação das escolas rurais; a construção da UHE Salto Caxias; o deslocamento de grande parte da população; entre outras questões que implicaram em transformações e movimentação de trabalhadores e escolas rurais, traduzindo mudanças e permanências em Alto Alegre.

Já no segundo momento do trabalho, problematizo o significado da permanência da escola para a comunidade, não só os moradores, pais ou avós dos alunos, mas também para os professores e demais trabalhadores da Escola de Alto Alegre, diante a perspectiva de fechamento dessa escola. Problematizo também a relação que foi indicada, a partir das entrevistas, de dependência da escola para a existência/permanência da comunidade, assim como, o processo de assimilação do fechamento das escolas rurais próximas a Alto Alegre como sendo motivado pela construção da UHE Salto Caxias, principalmente por aqueles que vivenciaram tal processo de forma mais intensa. Sendo ainda discutida a questão do ensino do campo na escola rural, procurando compreender os interesses vinculados à sua promoção e as expectativas que podem surgir ou serem desestimuladas diante o continuar ou não estudando.

Portanto, serão problematizadas nas páginas a seguir as discussões e inquietações aqui brevemente apresentadas, que foram formuladas no decorrer desta pesquisa, assim como, também estão os limites desse trabalho e as novas problemáticas que surgiram na análise das fontes, indicando por vezes, caminhos diversos dos esperados, mas que contribuíram em muito para o debate aqui realizado acerca da temática que envolve os modos de viver e estudar em Alto Alegre.

## CAPÍTULO I

### “SAI DAQUI VAI PRA LÁ”\*: MOVIMENTAÇÃO DE TRABALHADORES E ESCOLAS NO CAMPO

Ao procurar compreender o significado da permanência da Escola Estadual de Alto Alegre, no distrito de Alto Alegre, Três Barras do Paraná, considere necessário, conhecer em que historicidade a escola está inserida. Assim como, os motivos que implicaram na redução do número de moradores no decorrer das décadas de 1980 e 90, além das razões que motivaram o fechamento de diversas escolas próximas dali, na década de 1990.

A partir dessas questões, não há como pensar a escola isolada do meio social e da dinâmica histórica, só faz sentido essa reflexão quando compreendemos as relações sociais estabelecidas em sua volta e as transformações vivenciadas nesse processo. Deste modo, o presente trabalho procura evidências sobre as questões acima mencionadas, priorizando a problematização do período compreendido entre as décadas de 1980 a 2010.

A prática de fechamento das escolas nas proximidades de Alto Alegre é descrita pela entrevistada Beatriz, moradora do distrito de Alto Alegre desde 1978 e trabalhadora da escola, como auxiliar de serviços gerais e cozinheira há mais de dezesseis anos. Ao narrar a existência de outras escolas na região menciona que:

Tinha, tinha. Tanto que daqui, uns seis quilômetros tinha um outro colégio [...] Então era assim, cada comunidade tinha uma escola, que funcionava o primário [...]. E lá tinha também bastante alunos, tinha aula à noite, tinha aula durante o dia todo. E de repente, como foi... como que eu digo... criou-se um núcleo e as escolinhas vieram pra cá. [...] Ah, foi em... eu acredito que em 94, 95. É, foi 94, foi quando as escolinhas fecharam nas comunidades e veio tudo pra cá. Nossa, foi um tempo assim bastante difícil, porque todo dia chegava uma turma de alunos. Chegava aquele monte de tranqueira velha pra gente organizar na escola, não tinha lugar pra tudo, era... A gente fazia o que podia e foi né? Valeu a pena. Tanto que hoje, as coisas estão melhor de um lado e, de outro, a gente considera, assim... defasando os alunos né?<sup>22</sup>

Essas escolas, indicadas na fala da entrevistada, foram fechadas após a iniciativa do governo do Estado do Paraná de municipalização do ensino primário, no qual foi atribuída a

---

\* Fala da entrevistada Vitória, concedida à autora em 10 de junho de 2011.

<sup>22</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010, realizada na Escola de Alto Alegre.

responsabilidade do ensino de 1ª a 4ª série à Prefeitura Municipal, conforme é descrito por Maria Luiza Dias em seu texto sobre as mudanças no ensino público do Paraná:

O auge do processo de municipalização no Paraná ocorre no final de 1992 e no início de 1993. Dos 323 municípios então existentes, 261 – 81% - municipalizaram total ou parcialmente o ensino de 1ª a 4ª séries. Em 1993, mais 58 municípios aderiram à parceria educacional, totalizando 86% dos 371 municípios do Estado.<sup>23</sup>

Assim, no período referido acima, foram desativadas as escolas multisseriadas<sup>24</sup>, por iniciativa das Prefeituras Municipais, estabelecendo a nucleação das mesmas, onde algumas escolas seriam um núcleo – responsável por atender os alunos vindos das escolas desativadas – disponibilizando, a partir de então, o transporte para todos os alunos, que seriam deslocados até essas “escolas núcleo”. Entretanto, não é apenas uma relocação de atuação escolar, mas uma alteração no modo como esses estudantes teriam acesso à escola e, de certo modo, dificultando ainda mais o acesso à escolarização, devido tanto a redução de turmas e aumento de alunos por sala, como a distância da moradia à escola núcleo.

De acordo com os decretos obtidos junto à Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná<sup>25</sup>, as escolas rurais do município foram nucleadas entre os anos de 1993 e 2000, um processo que durou cerca de 7 anos para ser implementado e, ainda, apresenta limites na sua realização. Isso aconteceu posteriormente à atribuição da responsabilidade municipal sobre essas escolas e não mais do governo do Estado.

Ainda que não tenha aparecido explicitamente, os gastos municipais com a manutenção de tais escolas compõem as pressões para a organização do projeto de nucleação.

---

<sup>23</sup> DIAS, Maria Luiza M. S. Marques. Mudanças em Curso no Ensino Público do Paraná. **Revista IPARDES**. Curitiba, n.98, jan/jun. 2000, p.53.

Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/98/maria\\_luiza.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/98/maria_luiza.pdf)>. Acesso em julho de 2011.

<sup>24</sup> Essas escolas apresentavam uma série de problemas, tanto em relação à estrutura física que contava geralmente com apenas uma sala de aula para todos os alunos, como o processo de ensino-aprendizagem, que era prejudicado devido à formação insuficiente dos professores, que atendiam simultaneamente alunos de 1ª a 4ª série.

<sup>25</sup> TRÊS BARRAS DO PARANÁ. Decreto nº 075/93, de 14 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a desativação de três Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 091/94, de 07 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre a desativação de cinco Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 362/96, 03 de maio de 1996. Dispõe sobre a desativação de uma Escola Rural Municipal. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 153/9, de 15 de abril de 1998. Dispõe sobre a desativação de vinte e quatro Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 007/2.000, de 10 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a desativação de quatro Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

A análise de Welessandra Benfica<sup>26</sup>, sobre a nucleação em Itabira-MG, em diálogo com a minha pesquisa, permite encontrar motivos significativos que levaram as prefeituras a optar pela nucleação.

Assim, é possível dizer que esse processo não foi característico apenas do Estado do Paraná, pois também ocorreu em outros estados. E por mais que Benfica problematize tal processo no estado de Minas Gerais, em 2006, apresenta elementos importantes para discutir a experiência de nucleação das escolas rurais a partir da década de 1990 na sociedade brasileira, sugerindo que o interesse pela educação ou pelas práticas escolares contraditoriamente fazem parte das redefinições das políticas educacionais de municipalização do ensino de 1ª a 4ª série:

A redução desses estabelecimentos escolares é colocada em prática pela aplicação da política de nucleação escolar, com a finalidade de concentrar maior número de alunos em escolas-núcleo, inseridos em uma ação seletiva e redistributiva, pois o valor recursos do Fundef – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, aplicado a cada estabelecimento escolar, é fixado de acordo com o número de alunos.<sup>27</sup>

Deste modo, percebo que por meio desta política seria viável ao poder municipal nuclear as escolas rurais isoladas, agrupando mais alunos numa “escola núcleo”, não prejudicando assim o repasse de verbas do Fundef para a prefeitura, destinados à educação. As proposições da autora ganham evidência quando Beatriz fala das contradições e dificuldades desse processo, apontando a “defasagem dos alunos”.

A implementação da escola núcleo sem uma readequação de espaços ou funcionamento sugere limites nas políticas atuais que propagandeiam “incentivo e melhorias na educação no campo”. Ou seja, essa “defasagem” é indicada a partir da redução do número de alunos, que está diretamente relacionado com questões mais amplas, que implicaram na alteração do modo de vida dos sujeitos envolvidos nesta dinâmica.

Tais indicações sugerem assim, que os interesses priorizados em torno desse processo, foram os financeiros e não os educacionais. Cabe então questionar, principalmente a partir da interpretação narrada por Beatriz, em que medida se priorizou a melhoria na escolarização dos alunos do campo? Como também as reais possibilidades de acesso desses à escola, já que, a partir de então, teriam que realizar um deslocamento maior até a escola.

---

<sup>26</sup> BENFICA, Welessandra A. **A Escola Rural na Década de 90**: expectativas e significados da experiência escolar para os alunos e suas famílias. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte - MG, 2006.

<sup>27</sup> Idem. *Ibidem*, p. 61.

Essas questões devem ser somadas à experiência daqueles que trabalhavam na escola, que se depararam de repente com a necessidade de se adequar à nova situação que lhes foi imposta. Com a chegada de novos alunos e “aquele monte de tranqueira velha pra gente organizar na escola”, vindos das escolas desativadas, num processo de junção que se mostrou na fala da entrevistada, como tumultuado, sem estrutura física e educacional para que ocorresse. Compreendo assim, que a melhoria interpretada por Beatriz: “as coisas estão melhor de um lado”, é mais no sentido de avaliar os resultados do momento em que ela interpreta esse processo. Uma vez que, com o passar dos anos, foi possível ter se “adequado” a esse novo modelo de escola, do que a reais melhorias nas questões educacionais, haja vista, por exemplo, a dificuldade enfrentada diariamente em relação à distância, vivenciada ainda hoje pelos alunos, professores e demais trabalhadores da escola para chegarem até esta.

Esse novo modelo de escola, baseado na nucleação, vem sendo colocado em prática no Estado do Paraná desde 1976, conforme análise de Maria Marta Lopes Flores<sup>28</sup>. Esta autora justifica a criação dessa proposta como uma alternativa encontrada para melhorar tanto as condições do ensino, como os problemas com a estrutura física da escola rural isolada, pois, a partir da nucleação, teria um professor por turma, transporte para deslocar os alunos até a escola, diminuindo assim a evasão escolar. Entre outras vantagens, indicadas pela autora, cabe citar ainda o aumento do ensino ofertado nas escolas rurais, passando de quatro a oito anos, inserindo assim os anos finais do ensino fundamental.

Deste modo, as alterações encaminhadas com a nucleação atendem a algumas expectativas educacionais, porém não supera na totalidade os problemas que compõe a prática educacional, que estão vinculados à realidade em que essa escola faz parte.

Lílian M. P. de Carvalho Ramos<sup>29</sup> aborda outras implicações dessa experiência no contexto paranaense. A autora indica que muitas das questões que esse novo modelo visava resolver, como a melhoria na qualidade no ensino, não foram solucionadas com a criação das “escolas rurais consolidadas”, já que as taxas de evasão e repetência, por exemplo, e principalmente esta última, até se elevaram em algumas dessas escolas consolidadas. Ramos sugere que a distância da residência do aluno em relação à escola contribuiu para esses problemas, dificultando a participação de muitos pais e responsáveis na vida escolar dos estudantes.

---

<sup>28</sup> FLORES, Maria Marta Lopes. Escolas Rurais Nucleadas. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em julho de 2011.

<sup>29</sup> RAMOS, Lílian M. P. de Carvalho. Escolas Rurais Consolidadas: A experiência paranaense. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.77, 1991, p. 19-23. Disponível em <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>>. Acesso em julho de 2011.

Em Alto Alegre, o controle da taxa de evasão e repetência foi um ponto perseguido pela Equipe Pedagógica enfatizado no PPP como uma conquista da Escola Estadual de Alto Alegre nos últimos anos<sup>30</sup>. Porém, o baixo índice de matrículas tem apontado que muito mais que a evasão e repetência, a ausência de alunos enquanto ponto de partida para funcionamento da escola tem ameaçado o seu fechamento. Resta indagar o que vem motivando a ausência de matrículas. Saída de trabalhadores rurais para outras regiões? Trabalhadores que não chegam com filhos para estudarem? Sujeitos que não retomam os estudos diante a rotina de trabalho? Essas são algumas possibilidades que permeiam essa investigação, principalmente retomando o PPP e observando como ele identifica pais e estudantes da Escola Estadual de Alto Alegre:

Como já dito no perfil da comunidade os alunos são filhos de pequenos agricultores, empregados de baixa renda, onde recebem até um salário mínimo, levando em consideração neste percentual de(sic) cerca de 25% são pessoas que vivem de arrendatários ou são bóia-fria, aproximadamente 26% de médios agricultores recebem de 1 a 2 salários mínimos, 5% recebem de 2 a 3 salários mínimos. O nível cultural dos pais dos alunos é considerado baixo, pois a maioria não concluiu o nem o Ensino Fundamental ou Médio.<sup>31</sup>

Nesse trecho, percebo a indicação mais possível acerca dos motivos que estariam implicando na redução no número de alunos, no ponto em que a escola se refere à condição de vida das famílias dos estudantes. Ao indicar que grande parte são trabalhadores temporários é possível que esses se dirijam constantemente a outras regiões em busca de novas oportunidades de trabalho.

Ao mencionar que “o nível cultural dos pais dos alunos é considerado baixo” a equipe pedagógica atribui aos pais alguns limites na escolarização. O que muitas vezes tem relação com o trabalho e moradia vivenciado pela família, assim como o próprio deslocamento que dificulta a possibilidade para a escolarização de seus filhos e deles próprios, ou mesmo a urgência de renda e decidirem pelo trabalho.

Nesse processo de nucleação das escolas, o município de Três Barras do Paraná estabeleceu que quatro escolas fossem responsáveis por receber os alunos das escolas desativadas. Essas “escolas núcleo” permanecem funcionando até hoje. Desta forma, ficou estabelecido que na escola localizada no distrito de Alto Alegre, em estudo nesse trabalho, funcionaria “as escolas” do Município e do Estado – Escola Estadual Alto Alegre e Escola

---

<sup>30</sup> ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 10. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

<sup>31</sup> Idem. Ibidem, p. 10.

Rural Municipal João de Mello e Moraes<sup>32</sup> – assim como nos distritos de Santo Isidoro: Escola Rural Municipal Salgado Filho e Escola Estadual Pedro Luiz Messias; de Barra Bonita: Escola Rural Municipal Abelardo Luz e Escola Estadual Barra Bonita; e na área urbana do município: Colégio Estadual Princesa Izabel e Escola Municipal Carlos Gomes.

Antes desse processo de nucleação, conforme Beatriz indicou anteriormente, em cada comunidade existia ao menos uma escola. Sendo que grande parte destas foram estabelecidas pelo decreto nº 3.037, de 03 de outubro de 1980<sup>33</sup>, da Secretaria Estadual de Educação, que regulamentou o funcionamento de 80 escolas rurais no município de Catanduvas, além de determinar que voltasse a funcionar 04 das escolas que estavam desativadas naquele momento.

Faz-se necessário indicar que o decreto citado anteriormente, situa as 80 escolas rurais regulamentadas, como pertencentes à área rural de Catanduvas, não especificando quais destas se localizavam no distrito de Três Barras do Paraná. Vale lembrar que até o ano do decreto, 1980, Três Barras do Paraná pertencia àquele município. Como tal documento veio da Secretaria do Estado da Educação é provável que ainda não houvessem reconhecido o desmembramento do então município de Três Barras do Paraná.

Embora não seja possível precisar o número exato, dentre essas 80 escolas rurais, que pertenciam ao território de Três Barras do Paraná, a partir dos decretos da Prefeitura Municipal, mencionados anteriormente, 37 escolas foram desativas entre os anos de 1993 até 2000, essas não estavam localizadas apenas na região de Alto Alegre, mas em todo o município, somando essas com as 03 ainda existentes atualmente, que se localizam nos distritos, compreendo que ao menos 40 escolas das 80 indicadas no decreto pertenciam ao território de Três Barras do Paraná. Isso sugere a existência de mais alunos, havendo assim mais moradores na região, portanto a necessidade de mais escolas. Infelizmente a inexistência de documentação sobre essas escolas já desativadas, impossibilitou indicar o número de alunos em cada uma delas e sua relevância para os interesses desses trabalhadores rurais e pequenos proprietários.

---

<sup>32</sup> O uso da expressão “as escolas” no plural se refere ao funcionamento das duas instituições de ensino, de diferentes modalidades, em um mesmo espaço, mas em diferentes turnos: ensino primário de 1ª a 4ª série pela Prefeitura Municipal no período vespertino e ensino fundamental de 5ª a 8ª série pelo Estado no período matutino.

<sup>33</sup> PARANÁ. Decreto nº 3.3037, de 03 de outubro de 1980. Secretaria Estadual de Educação. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino, situados na zona rural do município de Catanduvas. Secretaria de Estado da Educação.



Uma das escolas desativadas no decorrer desse processo foi a Escola Estadual Diogo Tavares<sup>34</sup> - Ensino de 1º Grau, na antiga comunidade Quatro Encruzo. Hoje se referem a esta como Alto Palmares, localidade muito próxima de Alto Alegre, sendo indicado pelo professor José, que a distância entre as duas escolas, desta comunidade e de Alto Alegre, era de aproximadamente três quilômetros<sup>35</sup>. No entanto, os alunos que estudavam na Escola Estadual Diogo Tavares moravam distante da escola, ou seja, agora estudando em Alto Alegre aumentou ainda mais a distância enfrentada até a nova escola, que é responsável por receber os alunos vindos da escola desativada.

O processo de desativação da Escola Estadual Diogo Tavares se deu em decorrência da construção da UHE Salto Caxias, que atingiu diretamente a comunidade de Quatro Encruzo, conforme indicou o parecer expedido pela Secretaria de Estado da Educação – Coordenação de Estrutura e Funcionamento. O encerramento das atividades da Escola Estadual Diogo Tavares ocorreu pela “mudança de residência das famílias, em função da instalação da Usina de Salto Caxias, restando apenas oito alunos na Escola extinta”<sup>36</sup>. Tais atividades foram encerradas a partir do início do ano letivo de 1997, sendo que esses alunos foram encaminhados para a escola de Alto Alegre por meio do transporte escolar, situação que permanece ainda hoje.

Chama a atenção nesse documento, o modo como descrevem o assunto tratado: “cessação voluntária e definitiva das atividades escolares do ensino de 5ª a 8ª série do 1º Grau, a partir do início do ano letivo de 1997”, o que permite questionar se realmente era voluntária essa ação, haja vista que ela fez parte de um processo de mudança das famílias dos estudantes e da promoção do projeto da Usina. A escola teria qualquer possibilidade de optar por permanecer, ou não, funcionando diante a construção da UHE Salto Caxias? Processo esse que alagou parte da localidade, deslocando a grande maioria de moradores e trabalhadores que residiam no local? Diante o movimento perceptível de mudança é importante perceber que restaram apenas oito alunos na escola, o que sugere a dimensão desse processo para aqueles que viviam e trabalhavam em Quatro Encruzo.

Nesse sentido, apresentei a desativação dessa escola em Quatro Encruzo, em meio a tantas outras ao redor que vivenciaram essa mesma situação, com o intuito de indicar como

---

<sup>34</sup> Provavelmente em decorrência desse mesmo processo, ocorreu a desativação da Escola Rural Municipal Tomé de Souza, a partir do início do ano letivo de 1998, como consta sua desativação, embora sem indicar motivos, no Decreto nº 153/9, de 15 de abril de 1998, tal escola também se localizava na comunidade de Quatro Encruzo, atendendo os alunos de 1ª a 4ª série.

<sup>35</sup> Entrevista com Profº José (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, realizada em sua residência.

<sup>36</sup> PARANÁ. Parecer nº 1117/97 CEF – Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 20 de junho de 1997.

essa prática de fechar e nuclear escolas, seja pela política de nucleação, seja pela construção da UHE Salto Caxias, é relevante para compreender a alteração na realidade de Alto Alegre no período, de modo que as modificações vivenciadas pela comunidade de Quatro Encruzo, devido à proximidade entre elas, implicaram diretamente na dinâmica de Alto Alegre, não apenas na escola, que recebeu os “oito alunos restante”, mas no modo de vida dos moradores. Com a saída de vizinhos, amigos e familiares, vivenciaram assim, modificações nas suas relações não só de sociabilidade, mas também de trabalho, o que percebo no aumento das grandes propriedades, que posteriormente será aqui discutido.

A partir do exposto e dos relatos narrados sobre o período, compreendo que para além da nucleação das escolas multisseriadas, existia um processo de transformações mais amplo, que estava modificando a realidade daquela localidade, com a saída constante dos moradores, seja pela mudança nas relações de trabalho, seja pelas desapropriações ocorridas em razão da Usina. Embora os decretos da prefeitura não justifiquem os motivos pelos quais estariam desativando as escolas, a redução do número de habitantes da área rural naquele período, décadas de 1980 e 90, pode ser tomado como um elemento relevante e que dá pistas sobre o porquê e como esse esvaziamento se fez.

A entrevista de Beatriz, citada anteriormente, se referiu diretamente ao fechamento das escolas. Outras narrativas também apontaram a necessidade de atentar-se para as transformações ocorridas no em torno da escola, pois essas questões evidenciadas nas falas dos entrevistados, sobre esses últimos trinta anos, indicam que o processo de transformações vivenciado em Alto Alegre contribuiu para alterar a dinâmica de funcionamento e até o fechamento das escolas localizadas nessa área.

Nesse sentido, dois trabalhos analisados sugerem caminhos interpretativos sobre a necessidade de compreensão desse em torno da escola, trata-se dos trabalhos de Vendramini<sup>37</sup> e de Fonseca e Silva Junior<sup>38</sup>. Esses autores indicam elementos em suas pesquisas que são próximos aos encontrados em Alto Alegre, destacando o fechamento das escolas rurais e o processo de concentração fundiária, sendo tomados como um indício representativo das relações no campo na sociedade brasileira, da segunda metade do século XX, trazendo

---

<sup>37</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva**. Florianópolis, v.22, n. 01, 2004, p.145-165.

Disponível em: <[http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva\\_2004\\_01/09\\_artigo\\_vendramini.pdf](http://www.perspectiva.ufsc.br/perspectiva_2004_01/09_artigo_vendramini.pdf)>. Acesso em: outubro de 2010.

<sup>38</sup> FONSECA, Selva Guimarães, SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da. Ser professor de história em escolas rurais: identidades em construção. **Educação e Linguagem**, São Paulo, n. 15, 2007, p.193-226. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/163/173>>. Acesso em: outubro de 2010.

elementos significativos da composição desta pesquisa, indicando a necessidade de atentar-se para as questões sugeridas, na leitura e problematização das fontes aqui abordadas.

A partir do artigo de Vendramini, percebo principalmente que o fechamento e/ou nucleação das escolas no meio rural de Santa Catarina, deu-se por iniciativa do Estado. O que compreendi como algo presente na realidade de Alto Alegre, a partir do processo de nucleação decorrente da política do Estado do Paraná. Além disso, Vendramini sugere que essa iniciativa, está relacionada a questões mais amplas, do meio social em que a escola se insere. Como é perceptível nas transformações, indicadas pela autora, que ocorreram, principalmente a partir da segunda metade do século XX, em decorrência da penetração do capital, “transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias<sup>39</sup>”, por isso, a necessidade de atentar-se para as transformações nas relações de produção no campo, expressivas na compreensão do processo vivenciado por esta, acarretando uma menor concentração de trabalhadores nas propriedades rurais.

Na compreensão desse em torno da escola, é relevante a fala de Ana, ao apontar que na década de 1980 a população era bem maior que a atual. A entrevistada, moradora da região desde final da década de 1970 e atuante há anos como docente, sendo entre 2009 e 2010 pedagoga da Escola Estadual Alto Alegre, refere-se da seguinte forma a esse processo de trinta anos atrás:

... quanto à população em 82 [1982] nós tínhamos trinta e duas, pelo censo, trinta e duas mil pessoas morando no município, hoje, vamos ver agora o novo censo que a gente não sabe, hoje a estimativa esta em onze mil e quinhentos população [...]<sup>40</sup>

Infelizmente não estava disponível o número de moradores de Três Barras em 1980, mas conforme é indicado no trabalho de Julio Cesar Nitsche<sup>41</sup> de acordo com o IBGE, em 1983 a população total alcançava 18.610 habitantes. Ou seja, aproximadamente quatorze mil habitantes a menos do que indicado pela entrevistada.

Desta forma, compreendo que as transformações que “levaram” tantas pessoas dali, deixaram marcas na lembrança daqueles que vivenciaram tal processo, a ponto de trabalhadores como Ana afirmarem um número bem maior, não para confirmar ou negar a

<sup>39</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. op. cit... p.151.

<sup>40</sup> Entrevista com pedagoga Ana (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010, realizada na Escola de Alto Alegre.

<sup>41</sup> NITSCHKE, Julio Cesar Vaz. Três Barras do Paraná. op. cit.

realidade, mas para legitimar a redução da população que a seu ver foi drástica, constando no censo de 2010 com estimativa de 11.824<sup>42</sup>.

Os Gráficos apresentados na imagem abaixo indicam a alteração no número de moradores entre os anos de 1991 e 2007:



**IMAGEM 2: População de Três Barras do Paraná – 1991-2007**

Fonte: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412785#>>  
Acesso em Março de 2011.

Percebo a partir desses dados, apresentados na Imagem 2, somado aos indicados anteriormente, que mesmo antes do processo de implantação da UHE Salto Caxias, a movimentação populacional foi intensa, principalmente com a queda de 18.610 em 1983 para 14.982 em 1991, ou seja, reduziu em quase 4.000 habitantes, em menos de 10 anos. Número expressivo na totalidade do município. Isso sugere que a alteração populacional, vem ocorrendo anteriormente à construção da Usina, sendo que, neste processo, ocorrido no decorrer da década de 1990, a redução em decorrência, não apenas, mas principalmente da barragem, foi praticamente a mesma registrada na década anterior, pouco mais de 3.000 habitantes, totalizando em 2000 uma população de 11.822.

<sup>42</sup> Conferir tais indicativos no site: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em agosto 2011.

Ao analisar os números de 2000 e 2007, que de certa forma, se “manteve” o número de habitantes, o que percebo é que, como sugerido nas entrevistas, a movimentação vem ocorrendo do campo para a cidade, por isso, mesmo não permanecendo o número de moradores em Alto Alegre, na contagem realizada pelo IBGE acerca do município, esse número não se modifica. Existe também o deslocamento dos trabalhadores rurais na região, entre as cidades próximas, que muitos retornam constantemente para trabalhar nas propriedades rurais, problematizando a possível determinação advinda dos censos.

Há indícios de que muitos moradores que saíram em função da Usina estão retornando para a região, principalmente para Alto Alegre, como foi indicado nas entrevistas. Por isso, compreendo que o número praticamente inalterado da população de Três Barras do Paraná, nesta última década, se dá em função desses elementos, do ir e vir que faz parte da constituição de alternativas para os trabalhadores. No entanto, essa discussão ficará mais clara na sequência do trabalho, ao discutir especificamente essas questões.

A partir disso, percebo a necessidade de questionar o modo como esse processo se desenvolveu na região de Alto Alegre. Quais seriam os outros elementos que estariam interferindo na movimentação desses sujeitos desde a década de 1980?

Por mais que não seja possível precisar o número exato de moradores da região de Alto Alegre, nem a movimentação destes por meio do IBGE, pois este lida com a noção de município, não avaliando suas peculiaridades e ocupações internas, a análise das narrativas orais, assim como, dos dados do município permitem compreender que há trinta anos a população era bem maior que a encontrada atualmente e isso sugere mudanças na vida deles, no caso os trabalhadores que se colocavam como arrendatários e diaristas, decidindo por ficar, ou partir.

Infelizmente a carência de materiais acerca da região de Alto Alegre tornou-se uma dificuldade no decorrer desta pesquisa. Entretanto, as entrevistas realizadas com os moradores dessa região, contribuíram para ampliar o leque de investigação e incorporar outras fontes de análise sobre o viver e educar em Alto Alegre, pensando a escola como espaço de convivência e de produção do conhecimento, assim como de visibilidade dos limites e pressões desses trabalhadores ao viverem em Três Barras do Paraná.

Nesse sentido, a historicidade de constituição da Escola Estadual de Alto Alegre dialoga com esse processo. Inicialmente a escola era municipal até o ano de 1986, oferecendo apenas o ensino primário. Desta forma, os alunos não tinham possibilidade de prosseguir com seus estudos a não ser que se deslocassem para a área urbana.

A partir do PPP – Projeto Político Pedagógico da Escola – há evidências que a mudança no atendimento ao público escolar ocorreu devido à atuação de professores, moradores e autoridades locais, reivindicando junto a SEED/PR – Secretaria de Estado da Educação – a criação do ensino de 5ª a 8ª série nesta escola, conquistando a implantação deste ensino em 26 de novembro de 1986.<sup>43</sup>

Na imagem abaixo, Alto Alegre aparece como uma região que não se concentra na área denominada como vila do distrito, mas sim a maioria expressiva de seus moradores residem como trabalhadores nas propriedades que compreendem a região de Alto Alegre.



**IMAGEM 3: Vista Panorâmica do Distrito de Alto Alegre**

Fonte: Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>> Acesso em setembro de 2011

Por meio da Imagem 3 é possível visualizar um panorama geral da região do distrito, cercado por propriedades rurais – grandes e pequenas – e o lago da UHE Salto Caxias. No distrito existem pouquíssimas residências, contando com a escola, a Igreja católica, o pavilhão da Associação dos Moradores de Alto Alegre, o postinho de saúde e cerca de dois ou três “bares/mercearias”.

A economia atual de Três Barras do Paraná ainda é marcada pela produção agrícola, caracterizada pela produção de soja, milho, tabaco, feijão – daí o grande incentivo à manutenção de áreas cultiváveis, mesmo que essas estejam cada dia mais concentradas. Também é grande a produção de leite e o rebanho de gado de corte<sup>44</sup>. Porém, no período de “criação do município” as atividades econômicas desenvolvidas são apresentadas pelos

<sup>43</sup> A menção a esse processo foi destacada no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, disponível em: <<http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

<sup>44</sup> Essas informações, que propõe caracterizar as atividades do município, são indicadas na página da escola: disponível em: <<http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=5>> Acesso em Março de 2011.

entrevistados como diferentes das realizadas atualmente na região, existindo, por exemplo, no decorrer da década de 1980 o cultivo da hortelã, que trouxe grande parte dos trabalhadores naquele momento.

A produção desta é realizada a partir do trabalho braçal, necessitando assim de considerável número de trabalhadores, proporcionando então, breve aumento populacional na região em razão desse trabalho. O que leva a inferir que a mudança nos índices de moradores no campo foi significativamente influenciada diante a saída de muitos desses trabalhadores dessa região para dar lugar aos novos cultivos e à construção da Usina.

Luiz, morador de Alto Alegre, veio de Minas Gerais para o Paraná em 1961, trabalhar numa fazenda de café na cidade de Nova Aurora. Desde esse período sua trajetória foi de movimentação em busca de trabalho e melhores condições de vida. Na condição de trabalhador rural viveu em várias cidades desse estado, fixando-se em Alto Alegre na década de 1970.

Em meio ao processo de formação da barragem da UHE Salto Caxias, Luiz se desloca em 1997 para Foz do Iguaçu e de lá para outras cidades, retornando em 2008 para Alto Alegre. Em sua narrativa, ele indica que trabalhou por quatro anos com o cultivo da hortelã naquela região. Assim como ele, vieram muitos trabalhadores do norte do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, dos estados da região nordeste, etc., que são denominados como “nortistas”, em busca de trabalho na produção da hortelã, desde meados da década de 1980.

Porém, posterior a esse período, a hortelã não foi mais cultivada, ao justificar esse término, Luiz apontou que a “Hortelã faz tempo que acabou, acabou hortelã, não tocou mais. Daí, terra velha não dá hortelã. (...) É, enfraqueceu, não... a hortelã só dá na terra de mato. Terra velha assim, não dá hortelã”<sup>45</sup>. Assim como Luiz, a análise feita pelo entrevistado Francisco, que também reside na região de Alto Alegre desde o período em questão, ao ser questionado sobre o cultivo da hortelã, ele menciona que acompanhou todo esse processo e trabalhou nessa produção:

A hortelã foi acabando mesmo por causa da terra. A terra vai enfraquecendo aí ela vai acabando ela mesmo. Ela vai morrendo e não adianta mais plantar. Que hortelã é de terra nova, mas em terra velha cai as folhas. A lavoura de hortelã não dá inseto nenhum. É só limpar ela, cuidar, cortar e pronto.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> Entrevista com Luiz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Éderson Fernando Milan dos Santos, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Paulo José Koling e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

<sup>46</sup> Entrevista com Francisco (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Éderson Fernando Milan dos Santos, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Paulo José Koling e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto

De acordo com este entrevistado, geralmente a produção da hortelã era realizada pelos “nortistas”, esses que costumavam mudar facilmente, já que dificilmente adquiriam terras, ou seja, eram trabalhadores temporários que diante a falta de trabalho deixaram a região em busca, principalmente, de outras opções de trabalho.

É importante destacar essa produção, pois conforme descrito no trabalho de Gilson Backes, em que este analisou a desativação de escolas rurais no município de Mercedes<sup>47</sup>, oeste do Paraná, a cultura da hortelã necessita de terras férteis. Em pouco tempo a terra já não é mais considerada boa para esse cultivo, por isto, grande parte dos trabalhadores motivados a se dirigir para a região para trabalhar com a hortelã, logo se deslocam para outros lugares, em decorrência de ser “passageira” a produção da hortelã. Backes considerou que ao fim desta produção ocorre o deslocamento dos trabalhadores envolvidos na região por ele analisado, em que “muitos se integram ao contingente urbano e sendo que outros voltam ao meio rural trabalhando na condição de bóia-fria”<sup>48</sup>.

Processo semelhante é percebido no município de Três Barras do Paraná, pois de acordo com o indicado nas entrevistas, a produção de hortelã ocorreu em meados da década de 1980, assim, considerando os dados organizados por Nitsche e com base no IBGE, de 1983 a 1989 ocorre uma redução no número de moradores de Três Barras do Paraná, passando de 14.797 para 11.749<sup>49</sup>.

A análise desses indicativos sugere que esta região passou por um processo de transformações sociais neste período. Além da alteração populacional em decorrência do cultivo da hortelã, outros elementos alteraram a dinâmica do lugar e a condição de vida de muitos trabalhadores, arrendatários e pequenos produtores. Nesse sentido, tais alterações ocorridas no em torno da escola merecem nossa análise por compor a realidade em que a escola hoje está inserida.

Essas transformações são indicadas também por Beatriz, ao fazer sua análise acerca da alteração da questão agrária naquele contexto, aponta significativas mudanças no processo histórico envolvendo Alto Alegre, a sua permanência, mesmo com as alterações indicadas:

É... o que pôde, teve condições, comprou de um outro, e assim ficou. Então tem uns que... e também, na época nós compramos não tinha fazenda aqui.

---

Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

<sup>47</sup> BACKES, Gilson. **Escolas Rurais**: Um modelo em extinção numa sociedade em mudança. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2005.

<sup>48</sup> Idem. Ibidem, p.24.

<sup>49</sup> NITSCHKE, Julio Cesar Vaz. **Três Barras do Paraná**. op. cit., p.39.



Hoje já tem, várias fazendas. Entrou um fazendeiro, entrou outro, e foi comprando, e as famílias, tiveram uns que saíram por falta de oportunidade mesmo, porque aqui não tem emprego daí.<sup>50</sup>

Deste modo, a questão da concentração fundiária na região aparece na formulação da entrevistada, que vive no distrito há 33 anos, como um processo desigual em que a compra de terras foi facilitada diante pressão ou previsão de desapropriações. Em grande medida, esse processo de concentração já vinha ocorrendo desde a década de 1980 e foi se intensificando nos anos 90 com a construção da UHE de Salto Caxias, como destaca Beatriz:

(...) foi na época que começou, depois da barragem. Porque daí onde ficou a beira de lago, ficou os remanescentes, como diziam, a pessoa que as vezes ia lá e comprava o direito da COPEL, e tem até hoje.(...) Mas, daí facilitou pros fazendeiros. Então, comprava um pedacinho, comprava outro pedacinho, e o fulano ia vendendo, ou ficava lá um pedaço inviável onde não tinha condições de ter uma casa, ou já... as pessoas tinham ido embora e ficou aquela parte, que a COPEL pagou e ficou, os fazendeiros foram comprando. E daí onde diminui mais ainda a população.<sup>51</sup>

Beatriz ao continuar a narrativa sobre a compra de terras, aponta que as “condições inviáveis” que muitos pequenos proprietários se viam de uma propriedade cercada por fazendas e a “compra”, seja pela COPEL, seja por outros fazendeiros, parecia garantir uma possibilidade que a permanência na terra não garantia mais.

A fala de que “diminuiu mais ainda a população” é expressiva em relação ao número de estudantes da Escola Estadual de Alto Alegre, contando no ano de 2010 com apenas 34 no total, cursando as quatro turmas de 5ª a 8ª série. De acordo com Beatriz, “A escola, aqui tinha muito mais alunos (...) Quando eu entrei trabalhar aqui [94], na época seriam trezentos alunos. Teve uma época de até contra-turno. E agora a gente vê o quanto de alunos que tem...”. Ou seja, questões que parecem estar “fora da escola”, interferem diretamente na dinâmica de funcionamento desta, pois os estudantes que compõe o público escolar em grande parte são filhos de trabalhadores rurais e pequenos proprietários, que se dirigiram para outras regiões, diante as pressões pela compra de suas terras, diminuição dos postos de trabalho e desapropriações realizadas com a construção da Usina.

---

<sup>50</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010, realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

<sup>51</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010, realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

Além disso, Beatriz destaca que ainda em 1994 a escola tinha grande expressão na comunidade, porém o que avalia é que nesse processo de concentração de terras e construção da Usina, grande parte de pequenos proprietários e trabalhadores se dirigiram a outras regiões em busca de trabalho e moradia.

Conforme pontuei na entrevista com Mauro, morador da antiga comunidade de Quatro Encruzo, ao ser questionado sobre a realidade vivenciada atualmente em Alto Alegre, onde agora reside, ele relata a relação direta daquele momento histórico e a dinâmica recente:

(...) e eu acho que tá bem difícil a comunidade do Alto Alegre em termos de desenvolvimento. O pequeno tá muito complicado, aqui é um lugar muito dobrado, bastante morro, pouca terra plana. (...) Aqui tem um tratorzinho na associação, tratorzinho ruim, não dá conta de fazer os serviços, muito mal arrumado, não tem recurso pra nada. (...) Mas em termos de agricultura, tá bem ruim, o Alto Alegre, pelo que eu vejo. (...) O mais eu digo que, no geral, muitos estão diminuindo, os filhos estão indo tudo embora, a maioria dos jovens estão indo embora. (...) Mas no geral aqui tá só os velhos, os novos estão indo tudo embora, dos que eu conheço aqui... (...) e no geral se você for ver aqui, o jovem não tá sobrando no interior aqui. Então não sei se teria alguma coisa a fazer, não sei, pra poder dar condição. Mas do jeito que tá indo, até o grupo escolar já tá com bem pouco aluno, pelo que a gente está vendo ali.<sup>52</sup>

Cabe aqui compreender a interpretação de Mauro, pautada principalmente na noção de “desenvolvimento” considerada por este, sendo entendido que não houve esse “desenvolvimento”, isto seria para Mauro o principal responsável pelo processo que estaria impossibilitando a permanência do pequeno proprietário no campo, um desenvolvimento que se mostra desigual para os diferentes proprietários.

Nesse sentido, ao indicar a falta de possibilidade para o pequeno proprietário, interpreta que isto vem implicando no deslocamento dos moradores que precisam trabalhar, principalmente os jovens indo para a cidade, em busca de melhores condições, diante a falta de oportunidade de se manterem no campo, sugerindo assim, que os ganhos obtidos não correspondem às expectativas e necessidades de toda a família. Contribuindo para pensar que se o número de jovens no campo reduz, essa também é uma questão que interfere na quantidade de alunos nas escolas rurais.

Por fim, ressalto a relação que o entrevistado estabelece entre a falta de desenvolvimento do local e a possibilidade de fechamento da escola, a partir da redução de alunos, em decorrência da ausência de oportunidades para os jovens se manterem no campo.

---

<sup>52</sup> Entrevista com Mauro (pseudônimo), concedida a Éderson Fernando Milan dos Santos e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

Isto compõe um processo mais amplo, que não possibilita condições para o pequeno proprietário competir com o grande, como percebo no momento em que Mauro se refere à dificuldade em manter a plantação em terra dobrada, a falta de possibilidades em adquirir maquinários adequados para lidar com sua terra, haja vista que o trator da associação não oferece os recursos necessários, muito menos a todos os que necessitam. De certo modo, Mauro finaliza sua interpretação com um apelo, indicando que não sabe o que fazer diante essa situação, não vendo possibilidades para conter o deslocamento dos trabalhadores em busca de trabalho, falando de um processo desigual e determinante de mudanças na vida de trabalhadores rurais.

Nesse sentido, os artigos citados anteriormente, de Vendramini, Fonseca e Silva Junior, que embora não tratem da realidade rural paranaense indicam problemáticas próximas às narradas acerca da região pesquisada. Como, por exemplo, ao abordarem a realidade em que se insere as escolas rurais, que analisaram no município de Araguari-MG, os autores apontam que se intensificou a concentração fundiária nos últimos anos, pressionando alterações no morar e trabalhar no campo:

A maior parte dos agricultores familiares não teve condições de competir com os latifundiários ‘modernizados’, integrados ao complexo agroindustrial emergente que tem o apoio das políticas governamentais. Aos poucos, os agricultores familiares foram perdendo suas terras, alguns ainda permanecem, porém, enfrentando diversas dificuldades o que os obriga a tornarem-se parceiros, arrendatários e trabalhadores assalariados.<sup>53</sup>

Quando os autores destacam a dificuldade em “competir com os latifundiários” remete-nos às mudanças na produção e no mercado possível aos agricultores familiares, assim como as condições para investimentos na produtividade, em maquinários, etc.

Essa desigualdade na concorrência pelo mercado e na manutenção de uma prática de trabalho, produção e sobrevivência no campo faz com que muitos trabalhadores percorram novas frentes de trabalho. Do mesmo modo, os pequenos proprietários se vinculam a novas atividades no campo ou vendem suas terras.

Com a alteração na questão fundiária e na proposta do papel da agricultura na sociedade ocorrem também mudanças no público de alunos da escola rural, ou seja, estes antes eram em grande parte filhos de pequenos proprietários e arrendatários, frente ao processo de concentração de terras e compra dessas pequenas propriedades, tem-se ainda a

---

<sup>53</sup> FONSECA, Selva Guimarães, SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da. Ser professor de história... op. cit. p. 200.

presença de filhos de pequenos proprietários, mas a grande maioria são filhos de trabalhadores, que prestam serviços nas fazendas.

Conforme a narrativa da pedagoga atual da Escola Estadual de Alto Alegre, Vitória, os alunos “assim, porque aqui, num sei se você já percebeu, mas é muita fazenda, então a maioria dos alunos, hoje, são filhos de pequenos agricultores né? Que tem uma pequena propriedade de terra, ou eles trabalham para os fazendeiros...”.<sup>54</sup> Desse modo, as alterações no número de alunos e na nucleação das escolas remete diretamente à movimentação desses trabalhadores e de suas famílias em busca de trabalho, moradia e novas alternativas de sobrevivência e melhorias.

Ao mesmo tempo indicando como lidaram (e lidam) com as alterações nas relações de trabalho e de posse da terra. Essa alteração, no público de alunos, comparado às décadas de 1980 e 90, expressa a transformação ocorrida na questão fundiária da localidade, intensificada principalmente após a construção da UHE Salto Caxias.

Isso implica no funcionamento das escolas de Alto Alegre atualmente, não só no restrito número de alunos, mas também na permanência desses na escola, tendo, por exemplo, os filhos dos trabalhadores temporários seu processo de ensino aprendizagem prejudicado, seja pelo deslocamento constante de uma escola para outra nos municípios vizinhos, seja pela insegurança na continuidade da escolarização:

(...) do final de 2009 pra 2011, pode olhar no histórico dela ali, ela passou por 09 escolas já... (...) É, sai daqui vai pra li, dali vai para Boa Vista, [município de Boa Vista da Aparecida], de Boa Vista volta para cá, e assim vai indo.(...) Sai de uma escola, vai para outra, totalmente diferente. A forma como é feita, às vezes o conteúdo de uma escola para a outra, tá... um tá mais avançado, outro tá... Assim, ela era, todos os professores achavam que ela era uma boa aluna, bem dedicada, mas agora eu tenho contato com a escola da tarde... o pedagogo da tarde, até a gente tava conversando eu e ele, o irmãozinho dela já tinha mais dificuldade...<sup>55</sup>

Tal reflexão é feita pela pedagoga Vitória ao descrever o caso de dois irmãos que estudam na escola, um na estadual e o outro na municipal. Ambos trazem com eles essa experiência de mover-se com a família para frentes de trabalho, deixando em segundo plano os estudos dos filhos, frente a urgência do trabalho e da sobrevivência. Essa rotatividade de alunos faz parte da realidade da Escola de Alto Alegre na avaliação da pedagoga e, mais que isso, essa irregularidade no onde morar e trabalhar compõe a vida dessas famílias de

<sup>54</sup> Entrevista com pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada na Escola de Alto Alegre.

<sup>55</sup> Entrevista com pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada na Escola de Alto Alegre.

trabalhadores, “arrendeiros” e pequenos proprietários diante as novas configurações das atividades no campo. Se no parecer da pedagoga os prejuízos são escolares, considero que essas limitações no morar, estudar, trabalhar e mudar sua condição social compõe um processo bem maior do que apenas a ausência desses estudantes na escola.

No decorrer das narrativas dos entrevistados é estabelecida certa relação entre a concentração fundiária, a redução populacional e o fechamento de escolas, dando destaque à construção da UHE Salto Caxias como sendo a mudança mais significativa sofrida pelos moradores da região. Essas desapropriações e, em consequência, o deslocamento desses para outras regiões, como, por exemplo, para os reassentamentos organizados pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia – é parte da experiência desses sujeitos e irá aparecer nas explicações e rearticulações do seu presente, ou mesmo quando rememoram tal transformação<sup>56</sup>.

Esse processo é discutido por Davi Felix Schreiner em sua tese de doutorado<sup>57</sup>, o autor aponta que a construção da UHE Salto Caxias atingiu no total mais de 6.000 pessoas, nos nove municípios afetados pela usina no oeste e sudoeste do Paraná: Boa Esperança do Iguaçu, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, São Jorge do Oeste e Três Barras do Paraná.

Torna-se importante fazer algumas ponderações acerca deste empreendimento da COPEL, pois de acordo com Karpinski esta usina teve sua inauguração em 26 de março de 1999<sup>58</sup>, além disso, o autor Jandir Lima destaca que a UHE Salto Caxias:

É a primeira usina brasileira a seguir toda a legislação ambiental e a primeira a ter indenizado todas as propriedades, um ano antes de formar o seu reservatório, embora não tenham faltado protestos e contestações por parte das famílias atingidas.<sup>59</sup>

Nesse sentido, no município de Três Barras do Paraná, o distrito de Alto Alegre foi uma das comunidades afetadas diretamente por tal processo, haja vista que teve comunidades vizinhas inteiramente tomadas pelas águas, ocasionando assim, o deslocamento e rearticulação de seus modos de viver e trabalhar e, em certa medida, alterando também as relações em Alto Alegre, pois muitos desses se dirigiram para tal localidade.

---

<sup>56</sup> De acordo com a dissertação de mestrado de Karpinski: **Sobre as águas a memória**, op cit, p. 06, das 1.025 famílias pertencentes ao segundo grupo indenizado, sendo esses os proprietários com até 12 hectares, 600 preferiram o reassentamento e 425 optaram pela carta de crédito.

<sup>57</sup> SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia** – Um estudo Sobre... op cit.

<sup>58</sup> KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória...** op. cit. p. 03

<sup>59</sup> LIMA, Jandir Ferrera, et al. A Percepção do Conceito de Desenvolvimento Regional nas Áreas Atingidas Pelos Reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. p.03.

Disponível em <e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/297/214>. Acesso em Julho de 2011.

Foi sugerido pelos entrevistados que vivenciaram esse processo, que o ato de fechar escolas se deu em decorrência deste empreendimento, conforme indicou Beatriz ao relembrar o fechamento de escolas na região: “A escola, aqui tinha muito mais alunos, onde o risco da nossa escola, de repente um dia até fechar por falta de pessoal. Porque na verdade, quem mandou embora foi a usina, a COPEL, por causa que o pessoal se mudou”.<sup>60</sup>

Esta análise além de estar presente na memória de muitos entrevistados é indicada também no livro de Nitsche sobre Três Barras do Paraná<sup>61</sup>. Ao utilizar o fato de terem sido desativadas escolas rurais isoladas no ano de 1998, ano anterior à inauguração da UHE de Salto Caxias, este afirma que o fechamento das escolas rurais ocorreu unicamente em função da barragem: “Com a implantação da Usina de Salto Caxias, ocorreram mudanças na administração e manutenção das escolas, no que diz respeito ao funcionamento. (...) Em 1998, foram desativadas oito escolas da rede municipal de ensino<sup>62</sup>”.

Nesse sentido, é indicado apenas o fechamento dessas oito escolas, localizadas nas comunidades afetadas diretamente pela construção da UHE Salto Caxias, não havendo qualquer referência ao processo de nucleação das escolas pela Prefeitura Municipal neste período e, nem mesmo, como essas famílias reorganizaram suas vidas com essas mudanças no trabalho, no morar e na escola.

Portanto, ao serem criados os núcleos, com a vinda dos alunos das escolas desativadas, teria que existir muitos alunos nessas “escolas núcleo”, como Alto Alegre, porém não foi essa a realidade. Então a pergunta que fica é como se deu esse processo de diminuição no número de estudantes? No ano de 2010 havia apenas 34 alunos na escola estadual e 43 na municipal<sup>63</sup>. Compreendo então que após o processo de nucleação, a “escola núcleo” recebeu grande número de alunos vindos das escolas desativadas, mas logo foi reduzido essa quantidade de estudantes em decorrência da saída de trabalhadores e pequenos proprietários daquela região, principalmente atingida pela construção da UHE Salto Caxias e diante a expansão latifundiária.

Deste modo, por mais que algumas escolas realmente estivessem localizadas nas regiões que foram atingidas pela barragem, isso não implica em considerar que todas as

---

<sup>60</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010, realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

<sup>61</sup> NITSCHKE, Julio Cesar Vaz. **Três Barras do Paraná**. op. cit.

<sup>62</sup> Idem. Ibidem, p.41.

<sup>63</sup> Informação sobre o número de alunos matriculados em 2010 da Escola Municipal João Mello de Moraes, disponível em <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>. Acesso em julho de 2011.

escolas rurais fechadas na década de 1990 tenham sido em decorrência da construção da UHE Salto Caxias. Esse processo faz parte de uma política mais ampla, iniciada anteriormente a esse prática de desapropriação, na qual o projeto em questão visava também diminuir gastos, com a justificativa de melhoria na qualidade do ensino disponibilizado aos alunos, optando assim, por manter apenas algumas escolas. Além disso, a concentração fundiária já compunha parte da realidade desses trabalhadores e pequenos proprietários. No caso deste município, mantiveram-se apenas as três escolas nucleadas na área rural, uma em cada um dos três distritos de Três Barras do Paraná.

Ao analisar a entrevista de Helena, proprietária rural e comerciante no local, não foi possível precisar o tamanho de suas propriedades, mas conforme sua narrativa acerca desta questão: “É que a gente comprou dois alqueires de terra e estamos com os dois alqueires até hoje. E depois a gente foi comprando terra, quando foi melhorando, a gente comprou dois sítios”<sup>64</sup>, percebo como ela aumentou seus dois alqueires a partir da aquisição de pequenas propriedades, daqueles que não tiveram possibilidade de se manter com tais durante muito tempo. Assim, a sua experiência enquanto proprietária de terra sugere para esta pesquisa que foi comum essa prática no local, principalmente no decorrer da construção da Usina, implicando no aumento da grande propriedade na região.

Ao ser questionada sobre o processo que resultou da construção da UHE Salto Caxias, não faz menção a questão fundiária, indica apenas elementos negativos em relação à redução da população, diminuindo o número de fregueses e, por outro lado, considera o calçamento da estrada, que liga a rodovia PR-484 até a “vila” de Alto Alegre, como um aspecto positivo para o local, pois até então só existia uma estrada de terra:

(...) só que foi ruim por que a população foi embora, a população foi a maioria, porque nós perdemos aqui, nós tínhamos 280 freguês, perdeu, foi embora. Aí estamos aí tocando, mas a usina foi... pra muitas coisas foi bom. Saiu esses calçamentos... teve muitas coisas boas, como teve a ruim também. (...) Aqui agora tem 100 famílias.<sup>65</sup>

Desta forma, por mais que no projeto da construção da usina tenha sido elaborada uma imagem positiva, traduzida em “desenvolvimento”, ainda que isto possa até ter sido assimilado por grande parte da população, isso aconteceu de forma contraditória. Esse

<sup>64</sup> Entrevista com Helena (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Gabriela Cristina Maceda Rubert e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Moradora do distrito de Alto Alegre.

<sup>65</sup> Entrevista com Helena (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Gabriela Cristina Maceda Rubert e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Moradora do distrito de Alto Alegre.

processo com o passar dos anos permite que os moradores traduzam sua efetivação como algo limitado, já que o tal “desenvolvimento” não chegou para todos da mesma forma. E como destaca Helena, a não ser o calçamento da estrada, a igreja nova e o pavilhão construído para reuniões da comunidade, não vislumbram melhorias mais efetivas. Helena recoloca essa questão a partir de suas perdas nesse processo, ou seja, “280 freguês, perdeu, foi embora”, assim, por ter um comércio o que se associa à redução de moradores no Distrito são os clientes que foram embora.

Os pequenos proprietários “levados para o reassentamento” aparecem como entraves ao lago, o modo de vida que tinham naquela região foi fisicamente apagado pela criação do lago, mas sua marca no processo histórico, na produção de memórias sobre o que foi e é vivido em Alto Alegre indica um caminho desigual para o que permanece e se transforma nas relações sociais, que é recuperado neste momento de receio pelo fechamento da escola como mais uma prática prejudicial aos que permaneceram.

No entanto, muitos que estão no Distrito, não compoendo apenas a “história dos que ficaram”<sup>66</sup>, mas em que dinâmica reelaboraram esse permanecer, recebe pouca atenção da historiografia, sendo vasta a produção sobre os reassentamentos construídos. O como se organizam, em que condições, as escolas do campo, os moradores que continuam nas proximidades do local da barragem, trabalhadores retornaram para lá enfim, ainda carece de pesquisa mais aprofundada de como se segue a vida nessa região.

Mauro, em sua entrevista, identifica-se enquanto um morador que vivenciou todo esse processo de construção da UHE Salto Caxias, que acompanhou a extinção da sua comunidade e de parte da sua história, narra sua experiência como um dos que permaneceu na região, apesar das pressões:

Daí acabou o Quatro Encruzo com o lago, aí eu procurei estruturar o Alto Alegre, lutei por uma... porque o Alto Alegre tinha uma igrejainha muito mal arrumada, uma igrejainha velha, caindo, de madeira. (...) E terminando o Quatro Encruzo e eu fiquei, porque eu fui uma das famílias do Quatro Encruzo que ficou, fiquei eu, José Dalmolin e o Alirio Conradi, nós ficamos só em três pessoas do Quatro Encruzo, de cento e oitenta famílias. Então... (...) Cento e oitenta famílias tinha na comunidade do Quatro Encruzo, só sobrou eu, o José Dalmolin e o Alirio Conradi. (...)

---

<sup>66</sup> Nesse sentido, os trabalhos de Cesar Karpinski, citados anteriormente, propõem-se a tal empreendimento. Para o autor o objetivo principal é compreender o que permaneceu após o processo de construção da Usina hidrelétrica de Salto Caxias, mais precisamente Karpinski buscou problematizar como as pessoas que tiveram suas propriedades atingidas pela barragem e não aceitaram ir para os reassentamentos, organizaram suas vidas em locais próximos as suas propriedades anteriores. Para tal compreensão, utiliza principalmente da problematização de entrevistas realizadas com esses moradores, que residem ainda hoje próximos ao local que moravam antes da barragem.



(...) Pra mim aquilo ali, até hoje eu chego ali e me dá uma coisa assim, não uma raiva, não, não é isso, dá assim uma sensação de impotência, uma sensação de se sentir pequeno perante uma coisa tão grande. Não sei, não tem o que fazer e não tem, hoje não sei o que eu daria pra ver aquilo de volta ali. Não sei o que eu daria pra ver aquilo secado novamente, não sei, pra mim, pra mim. Quer dizer, pode que tenha o desenvolvimento, mas dá uma tristeza muito grande de ver uma comunidade assim.<sup>67</sup>

Esse processo de modificações vivenciadas com a construção da UHE Salto Caxias, na interpretação de Mauro, é fundamental para compreender sua vivência atualmente, pois, implicou no término da comunidade em que residia, Quatro Encruzo, que com exceção de três famílias restantes, as demais, cerca de 180 famílias, tiveram que se deslocar para outros lugares, uma vez que suas propriedades seriam alagadas, modificando assim, não só a vida daqueles que se deslocaram, mas conforme percebo nesta narrativa, daqueles que permaneceram no local, “não sei o que eu daria pra ver aquilo secado novamente, não sei...”.

Mauro afirma que após a extinção da comunidade de Quatro Encruzo, lutou para melhorar a situação de Alto Alegre, antes de tudo é importante destacar que essa narrativa é marcada por sua atuação enquanto vereador do município no decorrer da década de 1990, após isso, ele se vê em outra condição enquanto um morador que vivenciou as modificações resultantes daquele processo.

O entrevistado sugere que mesmo tendo passado mais de uma década, a sensação diante tais mudanças é indicada como de “impotência”, no sentido de que não considera possível modificar a realidade que foi imposta com a construção da Usina. Por meio do “estabelecimento” de restrições às suas condições de vida, afirma a falta de possibilidades de qualquer modificação desta: “uma sensação de se sentir pequeno perante uma coisa tão grande”, lidando com pressões que não foram escolhidas, ainda que a movimentação constante de trabalhadores aponte uma tentativa de alterar uma “adaptação” a essa imposição classista.

Novamente Mauro se remete à questão do “desenvolvimento”, indicando que “pode que tenha o desenvolvimento”, mas, a partir de sua condição enquanto pequeno proprietário, o sentimento de tristeza resultante das modificações advindas com a construção da UHE Salto Caxias não consegue convencê-lo de que houve melhoria. Para ele não faz sentido algum tal “desenvolvimento”, que se mostra responsável por relações desiguais no campo, sente-se

---

<sup>67</sup> Entrevista com Mauro (pseudônimo), concedida a Éderson Fernando Milan dos Santos e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010, realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

excluído de qualquer vantagem que este “processo que traria o desenvolvimento” possa ter proporcionado para outros com a construção da Usina.

Desta forma, a Escola de Alto Alegre pode ser tomada como algo que permaneceu, assim como os pouquíssimos moradores que restaram da comunidade de Quatro Encruzo e os que optaram por não irem para os reassentamentos, adquirindo terras nas proximidades.

As problematizações realizadas nas páginas anteriores, que destacaram a construção da UHE Salto Caxias e o deslocamento de muitos trabalhadores e pequenos proprietários, implicam na análise da redefinição da questão fundiária dessa região, permitindo avaliar como esses elementos interferiram na dinâmica de funcionamento da escola de Alto Alegre, pois no decorrer das transformações na localidade, a escola também sofreu alterações.

A partir dos apontamentos acerca desse processo histórico, cabe agora compreender o funcionamento da escola, percebendo como o processo educacional em nenhum momento é preponderante diante projetos econômicos mais amplos como o da hidrelétrica. O processo de relocação dos alunos indica que a remoção resolve o fechamento de outras unidades, mas não resolve a mudança na vida desses estudantes e de suas famílias, que muitas vezes não sofrerão apenas uma readaptação, mas serão retirados das regiões em que moravam.

Desta forma, tentarei aprofundar essa relação da escola com a comunidade de Alto Alegre, além de atentar à prática docente na área rural, em que os professores dialogam no seu dia a dia com os limites e pressões vivenciados pelos estudantes e a comunidade como um todo, com a constante preocupação por parte destes trabalhadores da educação e pais de alunos com a possibilidade de fechamento da escola, diante o atual índice de alunos. Pois a escola faz parte de relações mais amplas que pressionam e limitam não só a atuação escolar e o emprego desses profissionais da educação, mas interage com o modo de viver de muitos trabalhadores e pequenos proprietários diante a disputa de projetos e práticas no campo.

## CAPÍTULO II

### MODOS DE VIVER EM ALTO ALEGRE: A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, TRABALHO E CAMPO

(...) o ano passado a gente trabalhô o ano inteiro sob pressão sabe?! “Ah vai fechá, vai fechá!”\*.

Esta narrativa compõe a fala da Professora Sílvia, ao expressar o “medo” comum entre os professores e outros trabalhadores da Escola Estadual de Alto Alegre nos últimos anos, que convivem com a perspectiva de fechamento desta escola diante o reduzido número de alunos e o histórico de desativação de outras escolas à sua volta. Esse “medo” é aqui compreendido, tanto nesta interpretação como na fala dos demais entrevistados, como o receio que expressa um conjunto de pressões que está vinculado, direta e indiretamente, ao fechamento da escola. Uma associação direta com o que entendem como perder o emprego, ou mesmo a desorganização da relação de proximidade entre o trabalho e o lugar onde moram. Um apelo maior é promovido indicando a desestruturação do próprio distrito em função de profissionais da educação e estudantes terem que se dirigir à cidade para trabalhar e estudar, diante a própria dificuldade de transporte como possibilidade desse deslocamento diário.

Na busca por trabalhos que possibilitassem o diálogo com este, encontrei na UNIOESTE algumas pesquisas em História em matéria de TCC, que abordaram a temática relacionada a escolas rurais<sup>68</sup>. No entanto, por mais que permitam compreender o em torno da escola, concentram suas análises no surgimento e fechamento das escolas rurais, em municípios do Oeste Paranaense. Compreendo assim, que mais do que falar deste processo, é relevante problematizar o modo de vida vivenciado pelos sujeitos que conviveram e

---

\* Fala da Prof<sup>a</sup>. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

<sup>68</sup> BACKES, Gilson. **Escolas Rurais...** op. cit.

LESKE, Gilson. **As Escolas Municipais Rurais e a Centralização do Ensino em Pato Bragado (1954-1997)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2006.

SCHECLUSKI, Nilza. **Ensino Rural no Oeste Paranaense: a Escola Municipal São Roque, Palotina, 1960-1987**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2003.

convivem com a realidade no em torno das escolas rurais desativadas e, neste caso, da que permaneceu.

Como nos adverte Thompson, ao indicar que cada sujeito “pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência<sup>69</sup>”, pois, mesmo que se abordem realidades próximas, como as pesquisas referenciadas anteriormente, considero importante o que Thompson sugere:

a ‘história’ (quando examinada como produto da investigação histórica) se modificará, e deve modificar-se, com as preocupações de cada geração ou, pode acontecer de cada sexo, cada nação, cada classe social. Mas isso não significa absolutamente que os próprios acontecimentos passados se modifiquem a cada investigador, ou que a evidência seja indeterminada<sup>70</sup>.

Deste modo, as discordâncias resultantes entre os historiadores, em decorrência de distintos questionamentos, devem ser tomadas no sentido de contribuir na construção do conhecimento histórico, acerca de determinado processo. Nesse sentido, a inquietação que foi indicada desde o primeiro contato com a escola, tratava deste receio de fechá-la, surgindo então o seguinte questionamento: Qual o significado do fechamento desta escola para os professores, funcionários e a comunidade em geral? Ao fazer essa indagação propus pensar desde então quais os sentidos da permanência desta escola para os que lá trabalham e/ou têm seus filhos estudando.

Para isso, parti da compreensão de que o trabalho do historiador não deve lançar seus olhares e reflexões apenas para questões do passado, ao contrário, são as questões do presente que nos inquietam e impulsionam a dialogar com o processo histórico. Uma vez que “não podemos nos despreocupar da função social da história”, como nos sugere Josep Fontana, sendo por meio do nosso trabalho, enquanto pesquisadores e professores de história, que atuaremos, não só na compreensão dos “problemas reais dos homens e mulheres [comuns] do nosso mundo”, mas também, de modo que possamos modificar o futuro que está por ser construído<sup>71</sup>.

A partir disso, o interesse foi compreender a historicidade que envolveu e envolve a dinâmica de funcionamento da escola, diante as transformações e permanências nas relações sociais que evidenciam os modos de viver de trabalhadores, arrendatários e pequenos proprietários de Alto Alegre. Essa proposta permite problematizar essa permanência da

---

<sup>69</sup> THOMPSON, Edward Paul. Intervalo: a lógica histórica... op.cit. p.51.

<sup>70</sup> Idem. Ibidem, p.51.

<sup>71</sup> FONTANA, Josep. Introdução. In: **A História dos Homens**. Bauru-SP: EDUSC, 2004. p.13.

escola, assim como os limites e possibilidades desse continuar, da escola e desses sujeitos em Alto Alegre.

Sendo assim, faz-se necessário primeiramente compreender a relevância da questão da escola ser desativada na fala dos entrevistados – professores e funcionários da escola e moradores de Alto Alegre. A análise dessas narrativas possibilita questionar os significados diversos existentes diante a perspectiva de fechamento da escola, seja os trabalhadores da educação que se preocupam com a manutenção de seu trabalho, estando “sob pressão” de alterar seu local de trabalho, possibilidades de demissões e dificuldade em serem relocados na cidade. Assim como os pais e familiares que se sentem inseguros ao perderem o acesso mais próximo de seus filhos à escola e a própria desarticulação do que apontam como comunidade e referência importante para a manutenção da ocupação da região de Alto Alegre.

Nesse sentido, a entrevistada Lúcia, funcionária da escola desde 2002, e também moradora de Alto Alegre há quase trinta anos, ao ser questionada sobre a importância da escola para o distrito destaca as condições de trabalho e sobrevivência em Alto Alegre:

Ah tem né [importância]?! Pros empregos, a maioria dos empregos, pra gente mulher é aqui! Por que eu também, se num fosse aqui, eu tava perdida, [risos]... Eu penso até se fechar, se vai fechar, tomara que num feche, porque num tem como eu ir ... porque eu tenho a mãe doente... [...] Se eu num tivesse serviço aqui eu num teria, porque num tem quase, duas casas assim que emprega de serviço né? Gerais... que pode fazer faxina... Mas daí também, uma exploração danada, num tem [trabalho]...<sup>72</sup>

Desta forma, a entrevistada indica a necessidade de considerar que se trata de trabalhadores preocupados com a possibilidade de perder seu meio de sobrevivência diante o fechamento da escola. Ao fazer isso, sugere para essa pesquisa quem são os moradores de Alto Alegre, pois ao indicar apenas duas casas “assim que emprega de serviço”, diz que estes são exceção no conjunto dos moradores. Ela sugere qual a condição de classe dos moradores de Alto Alegre, são trabalhadores e pequenos proprietários que não vislumbram muitas possibilidades de trabalho e de renda, ou mesmo de contratarem empregados, esses que desempenham principalmente a atividade leiteira, como foi indicado nas entrevistas.

Na narrativa de Lúcia, ela ainda destaca a situação debilitada de sua mãe, condições que com o trabalho próximo não se resolvem, mas amenizam preocupações e, caso necessite, consegue retornar mais rápido para casa, o que trabalhando no núcleo urbano não teria condições de realizar. Deste modo, por mais que esses trabalhadores da educação possuam

---

<sup>72</sup> Entrevista com Lúcia (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, na escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

certa identificação com os alunos, com a escola e com Alto Alegre – até mesmo porque parte desses reside no local – eles enfatizam que a continuidade da escola está vinculada tanto à garantia do trabalho, como também às necessidades de seus modos de viver, dificuldades de transporte e outras possibilidades de trabalho no distrito que não seja como diarista no campo ou empregada doméstica.

Uma outra perspectiva de trabalho foi indicada por José, dizendo que a investida na produção de leite se deu pela instauração de um laticínio na cidade: “veio esse laticínio aqui né? Eles investiram né, na bovicul... assim na... no gado leiteiro né<sup>73</sup>”. Percebo ainda que esse laticínio é tido como opção de trabalho para muitos que não encontram meio de sobrevivência no campo, ou não aceitam as “opções” que se colocam para eles indo para a área urbana de Três Barras do Paraná, como também colocou a Professora Sílvia, ao narrar a mudança de seus ex-alunos e família:

(...) quanta gente que sai do sítio, que vem pra cidade, vem pra trabalhá no laticínio... (...) é bastante gente que ta saindo das comunidades e tá vindo pra cidade, por mais que seja uma cidade pequena, que não ofereça muito emprego, não ofereça né?... (...) Que não tem quase, tem o que de fábrica? Uma fábrica de jeans, o laticínio e tal, mas ainda assim o pessoal vem, eles acham um jeitinho, acham um emprego pra ganhá, acha que é vantagem ganha às vezes, 600, 700 reais e uma cesta básica e trabalhar ali<sup>74</sup>.

Nessa direção, a Imagem 4 que traz a tabela elaborada a partir dos dados do IPARDES<sup>75</sup> sobre as admissões de emprego naquele município colaboram para discutir como esses sujeitos visualizam suas possibilidades e alternativas no campo e na cidade:

---

<sup>73</sup> Entrevista com Prof<sup>o</sup> José (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, em sua residência.

<sup>74</sup> Entrevista com Prof<sup>a</sup>. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

<sup>75</sup> Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>. Acesso em Setembro de 2011.

### Três Barras do Paraná

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Empregos - Total</b>	364	351	204	250	467	442	490	555	682	703	734	896	1.141	1.253	1.290
<b>Empregos - Indústria de Extração de Minerais</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	2	2	5
<b>Empregos - Indústria de Transformação</b>	19	37	45	58	61	35	41	44	58	33	85	118	334	421	427
<b>Empregos - Indústria de Produtos Minerais não Metálicos</b>	-	-	7	13	8	8	18	18	11	3	3	7	9	10	8
<b>Empregos - Indústria Metalúrgica</b>	4	6	5	6	8	5	8	7	6	7	10	11	13	13	16
<b>Empregos - Indústria Mecânica</b>	-	-	-	3	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-
<b>Empregos - Indústria da Madeira e do Mobiliário</b>	2	6	8	10	11	9	12	14	16	16	18	11	17	17	15
<b>Empregos - Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica</b>	1	3	1	-	2	8	-	-	-	-	-	-	-	1	1
<b>Empregos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos</b>	-	8	14	11	29	5	-	-	22	4	18	-	27	23	48
<b>Empregos - Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etílico</b>	12	14	10	15	2	-	2	3	3	3	36	89	267	356	340
<b>Empregos - Construção Civil</b>	-	-	1	2	-	-	-	6	6	-	1	28	7	3	2
<b>Empregos - Comércio</b>	70	74	75	92	126	133	139	153	175	175	183	216	222	226	260
<b>Empregos - Comércio Varejista</b>	45	52	52	69	77	110	118	133	155	143	158	173	189	205	233
<b>Empregos - Comércio Atacadista</b>	25	22	23	23	49	23	21	20	20	32	25	43	33	21	27
<b>Empregos - Serviços</b>	30	31	37	36	32	43	51	52	54	67	70	99	98	105	109
<b>Empregos - Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização</b>	-	-	8	7	7	7	5	4	4	4	5	10	13	20	26
<b>Empregos - Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica</b>	1	4	4	3	2	6	6	5	4	4	6	7	5	6	9
<b>Empregos - Transporte e Comunicações</b>	12	12	9	8	9	7	13	18	19	19	28	34	41	46	41
<b>Empregos - Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão</b>	14	14	13	14	11	11	15	11	13	14	11	24	12	26	25
<b>Empregos - Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários</b>	3	1	2	1	1	-	-	-	1	3	2	2	1	1	3
<b>Empregos - Ensino</b>	-	-	1	3	2	12	12	14	13	23	18	22	26	6	5
<b>Empregos - Administração Pública Direta e Indireta</b>	204	170	2	6	182	170	195	228	311	344	315	361	389	398	394
<b>Empregos - Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca</b>	41	39	44	56	66	61	64	72	78	84	79	71	89	98	93

#### **IMAGEM 4 - Emprego RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) – Município de Três Barras do Paraná**

Fonte: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>> Acesso em Setembro de 2011.

É possível observar na Imagem 4 o grande aumento do número de trabalhadores na Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebidas e Alcool Etílico, no ano de 2008 – de 89 para 267. Provavelmente foi neste momento em que se instaurou o laticínio referido pelos entrevistados, sugerindo assim, que a falta de condições de trabalho no campo indicada, implica na busca por novas opções de trabalho, neste caso, principalmente considerando o laticínio. A crescente na Indústria de Transformações, que também se vincula à produção do campo, ocorre nos últimos anos como uma nova frente de trabalho na cidade.

Vale destacar ainda, que o serviço público é um dos maiores empregadores da cidade nos últimos 10 anos, o que sugere certa dependência da manutenção dos cargos e instituições públicas, como escolas, para atender aos trabalhadores do município, como descrito na interpretação de Lúcia, ao considerar que não existem outras possibilidades de emprego em Alto Alegre, além da escola, uma vez que, não só o distrito, mas o município carece de alternativas de trabalho.

Para compor essa discussão, destaco ainda a tabela do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - que indica a dimensão mensal mais recente, entre janeiro e agosto de 2011, acerca das 20 ocupações que mais admitiram trabalhadores, por meio desta é possível perceber a movimentação desses trabalhadores no município de Três Barras do Paraná nos postos de trabalho:

Meses: Jan de 2011 a Ago de 2011																
CBO - Frequência	Admissões						Desligamentos									Saldo
	1º Emp.	Reemp.	Reint.	C. Prz. Det.	Transf.	Total	Disp sem J. Causa	Disp com J. Causa	A Pedido	Term Contr.	Aposent	Morte	Term. C. Prz. Deter.	Transf.	Total	
Trabalhador de tratamento do leite e fabricação de laticínios e afins	22	37	0	0	0	59	30	6	38	3	0	0	0	0	77	-18
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	2	31	0	0	0	33	19	0	11	3	0	0	0	0	33	0
Vendedor de comércio varejista	11	8	0	0	0	19	14	0	6	4	0	0	0	0	24	-5
Trabalhador agropecuário em geral	6	13	0	0	0	19	9	0	1	0	0	0	0	0	10	9
Auxiliar de escritório, em geral	7	10	0	0	0	17	13	0	2	0	0	0	0	0	15	2
Passadeira de peças confeccionadas	9	4	0	0	0	13	0	0	8	0	0	0	0	0	8	5
Pedreiro	3	8	0	0	0	11	3	0	1	0	0	0	0	0	4	7
Costureiro na confecção em	4	6	0	0	0	10	5	0	6	0	0	0	0	0	11	-1
Supervisor de vendas de serviços	8	0	0	0	0	8	0	0	2	0	0	0	0	0	2	6
Cozinheiro geral	3	4	0	0	0	7	9	0	2	1	0	0	0	0	12	-5
Almozarife	3	3	0	0	0	6	1	0	1	0	0	0	0	0	2	4
Operador de caixa	4	1	0	0	0	5	1	0	1	0	0	0	0	0	2	3
Recepcionista, em geral	1	4	0	0	0	5	1	0	0	1	0	0	0	0	2	3
Servente de obras	0	5	0	0	0	5	3	0	1	0	0	0	0	0	4	1
Soldador	0	4	0	0	0	4	5	0	0	0	0	0	0	0	5	-1
Motorista de furgão ou veículo similar	4	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	4	0
Ajudante de motorista	0	4	0	0	0	4	4	0	0	1	0	0	0	0	5	-1
784205 Alimentador de linha de produção	1	3	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Zelador de edifício	0	3	0	0	0	3	6	0	2	0	0	0	0	0	8	-5
Trabalhador de serviços de manutenção de edifícios e	2	1	0	0	0	3	2	0	0	0	0	0	0	0	2	1

**IMAGEM 5 – Emprego CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) – Município de Três Barras do Paraná.**

Fonte: <[http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?mun=412785&uf=pr](http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?mun=412785&uf=pr)>  
Acesso em Outubro de 2011.

Na análise comparativa entre ambas tabelas, Imagens 4 e 5, destaco o laticínio como principal responsável pelas admissões e movimentação de trabalhadores no município, pois, no período tratado admitiu 59 trabalhadores, no entanto, o número daqueles que deixaram este emprego foi de 77. Indicando que ainda que procurem este posto de trabalho isto não garante a permanência por muito tempo.

Sílvia, ao indicar que a busca pelo emprego no laticínio ocorre pela falta de oportunidades de trabalho em Alto Alegre, pois o ganhar “600, 700 reais e uma cesta básica<sup>76</sup>” expressa para eles a possibilidade de “viver melhor”, se comparado as opções de trabalho na área rural, sugere com a análise desses dados, que esta possibilidade, a partir do trabalho na cidade, nem sempre é encontrada, haja vista a movimentação de trabalhadores que deixam e se inserem no laticínio.

Diante essa situação, a preocupação fundamental de Lúcia<sup>77</sup>, outra entrevistada, está relacionada com seu trabalho, tendo em vista a distância de 28 quilômetros que teria que se deslocar diariamente para trabalhar na área tida como urbana de Três Barras do Paraná. Tal

<sup>76</sup> Entrevista com Profª. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Isabel, Três Barras do Paraná.

<sup>77</sup> Entrevista com Lúcia (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, na escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.



análise é feita pela falta de transporte coletivo, pois com a formação do lago a única linha de ônibus que passava por Alto Alegre, ao fazer o trajeto do município de Três Barras do Paraná até o município vizinho de Boa Vista da Aparecida, foi retirada de circulação. Assim, os moradores para se dirigirem até a cidade dependem de carro particular, ou de carona com o transporte escolar.

Além disso, a estrada rural entre a rodovia PR-484 até o distrito de Alto Alegre não possui boas condições de tráfego. Sendo esse trecho que os alunos enfrentam, diariamente, com o transporte escolar. No entanto, até chegar nesta estrada em que se localiza o ponto do ônibus, os alunos percorrem longos trechos a pé, conforme sugeriu a Professora Maria, ao narrar o caminho percorrido pelos alunos de suas residências até esse ponto: “tem uns que eu acho que dá uns... deve dá uns 20 quilômetros da escola. [...] Tem uns que saem 04h30, 05h00 da manhã, porque eles caminham bastante, até chegar ao ponto e depois pega a lotação pra chegar na escola”<sup>78</sup>.

Assim, o caminho da escola de Alto Alegre até a rodovia sentido a Três Barras – PR 484 – foi avaliado durante o percurso com aproximadamente uma distância de 10 quilômetros, sendo possível visualizar esse trecho na imagem abaixo:



**IMAGEM 6 - Localização de Alto Alegre em Três Barras do Paraná**

Fonte: <<http://wikimapia.org/#lat=-25.4248268&lon=-53.2498741&z=13&l=9&m=b&v=8>>  
Acesso em março de 2011.

<sup>78</sup> Entrevista com Profª Maria (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

Nesta imagem é perceptível a distância vivenciada pelos sujeitos que residem em Alto Alegre, tanto de suas residências até à escola, como em relação a área urbana de Três Barras do Paraná, em destaque na fonte. Por isso, quando me refiro a Alto Alegre, não considero apenas o espaço da “vila”, mas também das propriedades rurais que compõem aquele local.

A distância entre o local que os alunos residem e a escola, a partir do horário que esses têm que sair de casa para chegar antes do início das aulas vai depender de onde moram e que condições de estradas possuem para terem acesso ao trajeto do transporte escolar. No trecho evidenciado abaixo, do PPP da escola, é possível notar além desta questão, outros elementos que estão envolvidos na dinâmica escolar de Alto Alegre, que informa como são vistos os alunos e moradores do local:

Por ser uma Escola localizada na zona rural 100 % dos alunos são alunos do campo que vem de famílias estruturadas, porém temos alguns alunos que apresentam problemas familiares, falta de apoio dos pais, problemas de violência e alcoolismo. Com relação ao transporte escolar todos são atendidos, no entanto fazem um percurso longe até chegar a escola necessitando sair muito cedo de casa para estudar.<sup>79</sup>

Nessa interpretação descrita no PPP, acerca do “perfil dos alunos”, notei a própria interpretação que a escola constrói desses sujeitos, ao dividir as famílias como sendo “estruturadas” e “com problemas familiares”, como a violência e o alcoolismo. Além disso, ao informar sobre as famílias desses estudantes, indica como a falta de estrutura da localidade reflete diretamente no modo de vida deles, com baixa renda mensal e gastos excessivos nos bares. Como percebi, a partir da questão do transporte, que não dificulta apenas a ida dos alunos à escola, mas também a locomoção dos demais moradores para o distrito e/ ou para a área urbana, onde realizam todas as suas necessidades de compra de alimentos, remédios, pagamentos de contas, entre outras atividades, pois as possibilidades oferecidas no distrito para resolução dessas questões são extremamente restritas.

Há, ainda, outras evidências enunciadas para indicar qual o significado que o fechamento da escola expressa para “a comunidade”. Nesse sentido, a análise feita pelo Prof. Pedro, diretor da escola desde 2003, acerca do significado do fechamento da escola diante o reduzido número de alunos, sugere a importância que teria a permanência da escola para o lugar:

---

<sup>79</sup> ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 9-10. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

[...] e a escola tá lutando para sobrevivê né? Que eu acho que se ocorrer o fechamento da escola, no meu ver, a comunidade, que já é pequena, esse distrito do Alto Alegre, cada vez vai diminuir mais, vai diminuindo mais, por causa que eu vejo ainda que a escola tá segurando um pouco mais a comunidade ainda, porque imagina se nós ficarmos sem escola no distrito de Alto Alegre, os alunos vão ter que sair dali pra ir estudarem em outro local, os pais, como a distância é enorme, ainda é capaz de até sair dali junto com os filhos para ir morar na cidade, e cada vez mais, diminuir mais ainda a comunidade, por causa que eu vejo hoje, a igreja e como a escola, também o centro da comunidade hoje, tá?! Então é isso que eu vejo, que a gente se preocupa né?...<sup>80</sup>

A análise realizada pelo diretor é produzida no intuito de valorizar a permanência da Escola Estadual de Alto Alegre, considerando que em consequência disso aquela “comunidade” também se manterá. Professores entrevistados também indicaram essa mesma questão. Deste modo, sugerem que a permanência de ambas, escola e “comunidade”, depende de uma relação recíproca, sendo que, a desativação da escola implicaria em um deslocamento ainda maior de moradores e, em consequência disso, o fim daquela “comunidade”.

Como indicou o Prof. Pedro, a possibilidade de oferecer estudo aos filhos na localidade é responsável, em grande medida, pela permanência de muitas das famílias, considerando que sem essa alternativa, aumentaria a saída de moradores de Alto Alegre para a área urbana, onde seus filhos poderiam estudar, ou mesmo, evitar gastos e deslocamento diário para a manutenção dos estudos, que restringem a ajuda desses estudantes no trabalho e limitam ainda mais o orçamento da família.

Essa preocupação, anunciada como justificativa para abertura da Escola Estadual de Alto Alegre, vem sendo deslegitimada e deixada em segundo plano diante a prática recorrente de fechamento de escolas rurais. Ainda que no PPP da Escola seja possível identificar a instituição escolar como conquista e necessidade de Alto Alegre, a organização do ensino fundamental nestes últimos anos se vê ameaçada de extinção:

Até o ano de 1986 a Comunidade de Alto Alegre localizada no Município de Três Barras do Paraná, contava apenas com um grupo escolar municipal que oferecia apenas o Ensino de 1ª à 4ª série.

[...]

Diante desta realidade, a comunidade uniu-se e, juntamente com os pais, professores, autoridades municipais e alunos que queriam continuar seus estudos, para buscar junto a SEED recursos e apoio para criar uma escola que atendesse os alunos de 5ª a 8ª série e, com a dedicação e esforços de todos os empenhados, esta se tornou realidade.

Em 26 de novembro de 1986 através da Secretaria de Estado da Educação –

---

<sup>80</sup> Entrevista com Prof. Pedro (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada em sua residência.

SEED/PR e de acordo com a legislação vigente Ensino de 5ª a 8ª séries foi criado na comunidade pela resolução nº 5069/86 sendo reconhecida pela Res. Nº 3756/88.<sup>81</sup>

Esta visão elaborada pela equipe pedagógica da escola acerca do envolvimento de “todos” em prol da possibilidade do ensino no decorrer da década de 1980, não corresponde a posição atual em que o fechamento da escola é debate constante entre os trabalhadores da Escola. Nesse sentido, é visível, principalmente no trecho evidenciado abaixo, como essa equipe constrói uma interpretação sobre aqueles que moram em Alto Alegre, assim como da própria localidade, descrevendo-a como um lugar sem grandes perspectivas de trabalho para os jovens e que impulsiona muitos a procurarem outros lugares para viver, independente do fechamento da escola ou não,

O Distrito de Alto Alegre é formado por um número bem reduzido de famílias, sendo estas proprietárias de terras e uma grande maioria vivem em terras arrendadas, ou seja, trabalham em terras que não suas, trabalham como diaristas e até mesmo como bóias-frias em épocas de colheitas.

Muitos dos alunos freqüentam a escola no período da manhã e a tarde ajudam os pais na agricultura que é bastante comum na comunidade, porém se destaca a criação de gado de corte e leiteiro. O Distrito não tem infra estrutura para atender os jovens que aqui vivem e por isso um dos problemas da comunidade é a falta de emprego o que leva muitos deles a abandonar o campo indo para as grandes cidades muitas vezes até mesmo sem concluir o Ensino Médio.

Percebe-se pelas pesquisas que a baixa renda familiar de algumas famílias, gerada pela falta de emprego ocasiona problemas sociais como desestrutura familiar, alimentação inadequada, impossibilidade de freqüentar cursos profissionalizantes entre outros. Em média a renda per - capta é de menos de um até um salário mínimo. O esporte e o lazer são poucos desenvolvidos e a escola não tem o Programa de Complementação Curricular que segundo a sua proposta veio para contribuir com alunos, que estão a margem da sociedade, alunos com rendimento insuficiente e que necessitam de apoio.<sup>82</sup>

A equipe pedagógica chama a atenção as pressões e limites existentes no distrito e nas condições das famílias dos estudantes. O documento destaca a movimentação desses sujeitos em busca de trabalho, justificando em parte a indicação de que “O Distrito de Alto Alegre é formado por um número bem reduzido de famílias”. Nada mais faz do que isso, indicam “problemas sociais”, construindo certos estereótipos acerca daqueles moradores, que são “desestruturados familiarmente”, com “alimentação inadequada” e impossibilitados “de freqüentar cursos profissionalizantes”. Questiono assim, qual seria o papel da escola diante

---

<sup>81</sup> ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 7. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

<sup>82</sup> Idem. Ibidem, p. 8.

essa realidade? Compreendo que mais do que “conhecer” a realidade dos envolvidos com a escola, os profissionais da educação apontam indícios sobre as condições materiais de “algumas famílias”, reconhecendo a realidade em que está inserida, indicando que há questões sociais importantes a serem alteradas naquela comunidade.

A desativação de escolas enquanto motivadora da movimentação desses trabalhadores para as cidades é discutida por Célia Regina Vendramini<sup>83</sup>, ao tratar do processo de nucleação de escolas no Estado de Santa Catarina. A autora sugere que essa situação pressiona para o deslocamento diário de alunos para estudarem em locais distantes de sua residência, em condições de transporte nem sempre adequadas, logo também a saída definitiva de famílias em busca de melhores condições. A desativação de escolas, segundo Vendramini: “enfraquece ainda mais as comunidades locais e sua capacidade de coesão, quando perdem um elo importante de articulação, que é a escola”<sup>84</sup>.

Deste modo, a análise do entrevistado Pedro<sup>85</sup> propõe a possibilidade de “enfraquecimento” da comunidade de Alto Alegre perante o fechamento da escola. Quando ele se refere à “escola tá lutando para sobreviver”, sugere a falta de perspectiva do “sobreviver” em Alto Alegre para além dos portões da escola, tendo em vista o processo de transformações vivenciadas por esta localidade, principalmente a perda populacional, que poderia novamente voltar a se intensificar com a desativação da escola.

Assim, o “medo” em relação à perspectiva de fechamento da escola de Alto Alegre se deve, principalmente, ao reduzido número de alunos que, ano após ano, vem se compondo na rotina da escola<sup>86</sup>. Desta forma, gostaria de retomar a fala de Beatriz, já evidenciada no primeiro capítulo. Ao narrar o receio da escola fechar em decorrência do reduzido número de alunos, já que antes essa situação era diferente. A entrevistada destaca: “A escola, aqui tinha muito mais alunos, onde o risco da nossa escola, de repente um dia até fechar por falta de pessoal (...)”<sup>87</sup>, acrescentando em sua fala a motivação para a redução desta população:

---

<sup>83</sup> VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. op. cit.

<sup>84</sup> Idem. Ibidem, p. 156.

<sup>85</sup> Entrevista com Prof. Pedro (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada em sua residência.

<sup>86</sup> Conforme o Projeto Político Pedagógico da escola, no período de 2005 a 2010 a escola reduziu de 50 alunos matriculados para 34, cerca de 32%. Independente disso, a tabela formulada pela equipe pedagógica é utilizada para ressaltar o índice de quase cem por cento de aprovados que a escola conseguiu atingir e a redução no número de abandono, deixando de lado a problematização da redução de alunos a se matricularem na escola no percurso deste período. Quadro disponível em:

ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 10. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

<sup>87</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto

Porque na verdade, quem mandou embora foi a usina [Usina Hidroelétrica de Salto Caxias], a COPEL [Companhia Paranaense de Energia], por causa que o pessoal se mudou. Quando eu entrei trabalhar aqui, na época seriam trezentos alunos. Teve uma época de até contra-turno. E agora a gente vê o quanto de alunos que tem...<sup>88</sup>

Os elementos que levam a entrevistada a realizar tal interpretação, relacionando a perspectiva de fechamento da escola em decorrência da redução de alunos, ocasionada pela construção da UHE Salto Caxias, podem ser compreendidos pelo impacto que tal empreendimento causou na vida e na interpretação desse processo, que informa a memória que produzem no presente. Sendo que, os trabalhadores, arrendatários e pequenos proprietários que posterior à construção de Salto Caxias ficaram em Alto Alegre, percebem mudanças importantes nas condições de vida no lugar. Um número significativo de filhos desses sujeitos deixam a escola por terem que acompanhar a família em busca de novas moradias e frentes de trabalho. Além de substancialmente ter um empobrecimento dos trabalhadores da região.

Porém, antes de considerarmos a construção da UHE Salto Caxias como a “única responsável” pela redução populacional, faz-se necessário perceber que o processo de movimentação de trabalhadores para outras regiões é algo constante e traduz pressões de projetos, necessidades e perspectivas, bem como a produção de alternativas diante atuações de expropriação, ou mudanças na formação familiar e pressões da sobrevivência.

Nesse sentido, Santos e Freitas ao discutirem as relações estabelecidas entre professores de história e trabalhadores que frequentam a escola pública em Minas Gerais, indicam que “a movimentação social dos trabalhadores vem visualizando possibilidades de mudanças em suas vidas também a partir da escolarização<sup>89</sup>”. Ao discutirem a narrativa de Eurípedes, este aponta que ao trabalhar no campo teve que abandonar os estudos, só retomando quando foi para a cidade, momento em que a irmã foi morar com ele e tiveram maior estabilidade para poder voltar a estudar e continuar a trabalhar. Diante essa fala percebo que existem outras pressões que levam os trabalhadores a se movimentar, no caso dele a

---

de 2010. Realizada na escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

<sup>88</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010. Realizada na escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

<sup>89</sup> SANTOS, Carlos Meneses Souza, FREITAS, Sheille Soares. Trabalhadores nas Salas de Escolarização: O ensino de história como enredo possível para a discussão da identificação de classe. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, vol, 19, n. 02, 2010. p.103.

busca pela sobrevivência diante a morte do pai e necessidade do sustento do restante da família, não sendo possível ter o estudo como prioridade.

Pensando a partir de Alto Alegre, a Professora Sílvia também destaca a necessidade destes estudantes de trabalhar nas fazendas, o que muitas vezes implica no abandono dos estudos por parte dos jovens daquele local, haja vista a dificuldade em conciliar o trabalho com o deslocamento diário até Três Barras do Paraná:

(...) a maioria são os meninos que ficam sem estudar, ou muitos às vezes começam, e por ser longe ter que sair de casa cedo, às vezes trabalham nas fazendas ali... (...) né? acabam, trabalhá o dia inteiro, tem que parar cedo, tem que vir pra escola, cansado, chega tarde em casa, é bem complicado, a questão lá do Alto Alegre assim, né? A distância tal<sup>90</sup>.

Mais do que escolher “a opção de continuar os estudos” há uma série de questões envolvidas, como, e principalmente, a necessidade de trabalhar para ajudar a família, mas também o próprio cansaço gerado em função do trabalho, que se agrava com a rotina de deslocamento até a escola na área urbana, aproximadamente 28 quilômetros diários, distância próxima da vivenciada no decorrer do ensino fundamental, porém agora dificultada pela rotina de trabalho enfrentada no decorrer do dia.

A década de 1980 em Alto Alegre, conforme foi problematizado no primeiro capítulo, apontava o cultivo da hortelã e a movimentação do campo para a cidade como parte desse processo de formação e transformação das relações do lugar. No entanto, o processo de construção da UHE Salto Caxias, no decorrer da década de 1990, intensificou a saída desses sujeitos, ocorrendo neste curto espaço de tempo, de aproximadamente 10 anos, período em que ocorreram tanto o deslocamento daqueles moradores que com receio de não serem indenizados optaram por vender suas propriedades, como as negociações em torno das indenizações das famílias atingidas, deslocamento esse que implicou na alteração dessa realidade de moradia, trabalho e uso das escolas rurais. Não só por quem tinha terra, mas para quem era trabalhador, perdendo seus postos de trabalho e não tendo direito a nenhuma indenização.

Diante essa historicidade, complexa e contraditória, compreendo, em grande parte, porque, não apenas Beatriz, mas a grande maioria dos entrevistados relaciona a saída dos moradores de Alto Alegre com a construção da usina. Uma vez que foi nesse processo que

---

<sup>90</sup> Entrevista com Prof<sup>ª</sup>. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

houve maior conflito na região e grande parte dos entrevistados que residem no lugar, vivenciaram essas modificações.

Neste sentido, a escola foi algo que permaneceu desse processo de transformações, como interpretou a Professora Maria, que nasceu e morou por muitos anos junto à sua família, na praticamente extinta comunidade vizinha – antes denominada de Quatro Encruzo, atualmente refere-se a esta como Alto Palmares – ainda hoje seus pais moram próximo à Escola de Alto Alegre. Maria leciona nesta escola desde 1999 e conhece bem a realidade daquela localidade, tendo um envolvimento com os moradores, que vai além da sala de aula e faz parte de sua experiência social. Ao ser questionada sobre o significado da escola para os moradores de Alto Alegre, ela sugere o seguinte:

Ah eu acho que, é bem importante, bem interessante, porque, digamos assim, é o que sobrou, né? [...] É a única coisa que eles ainda têm, digamos assim, pra se manter, né? Porque eu acho assim, se eles pensassem que não tivesse a escola, né? Eu não sei como eles agiriam, sem a escola ali... porque tudo, as vezes os pais vem, recorrem à escola, aos professores, o diretor, pra resolver um problema deles, lá de casa, né? Então, tipo assim, eles, eles vêm na escola uma saída, digamos assim, até para os problemas particulares. Às vezes eles vêm pedir solução, pedir um conselho, pedir o que quê acha né? Que quê deveria fazer... então é sempre um ponto de referência né?... pra comunidade.<sup>91</sup>

Ao pensar a escola como sendo “o que sobrou” do processo de construção da UHE Salto Caxias, Maria apresenta uma compreensão do que a sua trajetória naquele lugar permite identificar como permanência em um processo de transformação que não priorizou a vida dos que trabalhavam e produziam naquele lugar. Por isso, a professora que foi por muitos anos também moradora da região, relaciona o fim da escola com a possibilidade de ver também o restante desses sujeitos entenderem que precisam transformar a sua relação com Alto Alegre (levar os filhos para estudarem em outro lugar, mudarem para outras cidades ou para outras áreas em Três Barras do Paraná etc.). Essa pressão por mudança é lida por muitos trabalhadores da Escola de Alto Alegre e pais de alunos como “uma ameaça” às suas condições de vida, trabalho e estudo dos filhos. De modo que, o fechamento da escola aparece como um indício de que há interesses pela região e que não estão vinculados ao encaminhamento das necessidades e projetos de quem mora e trabalha em Alto Alegre, mas sim dos usos possíveis dessas terras e desses trabalhadores – como no caso do laticínio.

---

<sup>91</sup> Entrevista com Prof<sup>a</sup>. Maria (pseudônimo), concedida à concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.



A partir dessa questão, se faz pertinente a discussão elaborada por Jacqueline Parmigiani<sup>92</sup>, que ao tratar o modo em que foram organizados os reassentamentos dos atingidos pela UHE Salto Caxias, informa que os boatos que noticiavam a barragem para a construção desta usina se espalharam já no decorrer da década de 1980, assim, muitos moradores com receio de perderem suas terras, optaram por vender suas propriedades, ocorrendo então a desarticulação das comunidades que seriam afetadas pela barragem, composta em grande parte por pequenos proprietários, como na região de Alto Alegre.

Parmigiani sugere ainda, que essa desarticulação das comunidades, se deu pela iniciativa de algumas pessoas que tiraram proveito desta situação, expandindo suas terras a partir da saída dos moradores do local: “tal desarticulação se deva, em grande parte, à ação de especuladores, interessados em fazer das desapropriações um negócio rentável<sup>93</sup>”, ao terem interesse em ampliar suas áreas a partir da aquisição das propriedades dos que se deslocaram dali, sendo que essas áreas logo seriam indenizadas pela COPEL.

O morador de Alto Alegre João, que retornou no ano de 2010 para o distrito, narrou como vivenciou esse processo, ao relembrar o motivo pelo qual vendeu sua propriedade no local, destaca que seria atingido pela barragem e se mudou com sua família para a cidade de Foz do Iguaçu-PR, antes mesmo do início de qualquer negociação em prol da construção da UHE Salto Caxias. Assim, João indica o motivo que o levou a vender suas áreas:

Olha eu mesmo tive terra, né, mas só que nessa época, eu já tinha vendido!(...) Eu tinha aqui no Barra Feia aqui, 15 alqueire...E aqui pra cima tinha mais dois terreno que fico, que pego a barragem, mas nessa época, de medo da barragem eu acabei vendendo! porque a gente viu certas coisas que aconteceu aí, fiquei com medo e, acabei vendendo e, hoje, é, uma boa parte ficou debaixo da água né. (...) a lembrança é o seguinte, que a gente com medo, de, de, de ser atingido pela barragem, e sofre igual outro sofreu, a gente, vendeu antes, mas, foi uma perca muito grande, né?<sup>94</sup>

João atualmente não possui nem um alqueire de terra, reside numa pequena área – de 126 metros de comprimento por 22 metros de largura - próxima à escola de Alto Alegre, com sua esposa e uma neta, dependem financeiramente da aposentadoria da esposa, além de plantarem alguns alimentos e criar alguns animais, galinhas e porcos, para o próprio consumo da família. Uma vez que o espaço não permite mais do que isso. Ele lembra com tristeza a

---

92 PARMIGIANI, Jacqueline. Os Reassentamentos da Crabi: A luta pelo direito a pertencer a um lugar e o difícil processo de mudança social. I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2010. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

<sup>93</sup> Idem. Ibidem. p. 252.

<sup>94</sup> Entrevista com João (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

perca financeira em decorrência dessa venda antecipada, diante o medo de não ser devidamente indenizado e/ou perder tudo. Percebo assim, a relação indicada anteriormente, de que certos sujeitos se utilizaram da falta de informação de alguns e insegurança conhecida diante processos indenizatórios para ampliar suas áreas, além do benefício posterior da indenização – ao receberem um valor maior da COPEL do que pagaram pela propriedade adquirida dos seus antigos donos.

Nessa mesma perspectiva, cabe destacar a interpretação da Professora Maria acerca de quem são os pais dos alunos da escola, sugerindo que na região de Alto Alegre com o processo de construção da UHE Salto Caxias, como na análise de Parmigiani, aumentou as grandes propriedades naquela região, implicando assim, no modo de trabalho e de vida dos trabalhadores que convivem com essa realidade: “Que daí como desapropriô, então tem bastante fazenda agora né? fazendeiros... Então, tem, sobraram alguns pequenos proprietários, e tem bastante, agora que trabalha né? Nas fazendas, são filhos [alunos] desses peões...<sup>95</sup>”. Assim, interpreto esse processo de aumento das grandes propriedades, como um limite para o continuar do pequeno proprietário na região, além de contribuir para o processo de desarticulação daquela “comunidade” e promoção de maior exploração dos trabalhadores que se veem desprovidos de possibilidades como anteriormente de arrendamento, ou mesmo de possuir uma terra.

Nesta relação entre a escola e a “comunidade”, a Professora Maria interpreta outro elemento relevante, considerando que os moradores veem na escola a possibilidade de oferecer além do ensino, certo apoio comunitário, tomando-a como “um ponto de referência” para articulação de interesses.

Em Alto Alegre, além da escola, existe apenas uma Igreja Católica, um Posto de saúde – que atende em alguns dias da semana – e está sendo organizada a reativação da Associação de Moradores, que teve parte da estrutura construída pela COPEL, logo após a construção do lago, mas que nunca atuou efetivamente na comunidade, de acordo com os entrevistados. Por isso, a análise da professora, assim como do diretor, citada anteriormente, considera a escola como sendo um importante elemento de identificação e formulação de práticas daquela comunidade, mesmo que façam essa formulação ancorada no interesse que possuem na permanência da escola, na manutenção do seu local de trabalho.

Por outro lado, João, ao mencionar que está sendo organizada novamente a Associação de Moradores tem a perspectiva de que o funcionamento da Associação possa unir aquela

---

<sup>95</sup> Entrevista com Prof<sup>a</sup>. Maria (pseudônimo), concedida à concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Isabel, Três Barras do Paraná.

“comunidade”, já que seria responsável por oferecer atividades de lazer para os finais de semana, possibilidades essas que não existem até então, compreendendo o processo de reativação da Associação de Moradores de Alto Alegre como fundamental para promover integração:

Mas isso aí é uma reunião do nosso povo né? É porque se une mais o povo da comunidade né?... Vai tê dança ali dos idoso, ó muié! Agora, agora parece que a casinha vai, vai ficá em ordem... Jogo de futebol, tem, cancha de bocha... o povo vai se reuni aí né? A quadra de esporte, que daí ó, tudo vai funciona junto!<sup>96</sup>

Estas alternativas, almejadas por João, não são oferecidas pela escola. Isso permite questionar em que medida a consideração dos professores ao relacionarem certa dependência da “comunidade” para com a escola ocorre de maneira efetiva, já que a análise do entrevistado evidencia outras possibilidades, desconsiderando qualquer relação com a escola, a não ser o papel de oferecer o ensino aos estudantes, grupo que ele não pertence. Por isso, retrata seus interesses que poderiam ser atendidos com a promoção de eventos pela Associação.

Ao contrapor esses sentidos da escola em Alto Alegre, percebo interesses diversos motivando a fala desses sujeitos. Sobre o fechamento da escola João destaca apenas a possibilidade de perder o estudo para a sua neta, não compreendendo qualquer outra relação entre a escola e a “comunidade”. Considera outros elementos mais importantes para afirmar em sua narrativa, como a união da “comunidade”, que para ele não depende da escola, e sim da Associação dos Moradores, por meio das atividades que serão realizadas, ou ainda daquelas que ele deseja que realizem como em outras Associações. Os finais de semana aparecem como o momento possível para que esse divertimento – danças, futebol, encontros – possam acontecer.

Entretanto, essa explicação possui limites, pois como salientou a Professora Sílvia, a falta de maior integração entre escola e comunidade por falta de participação dos pais, muitas vezes estará vinculada a outras questões, ainda que a localização da escola seja fundamental para ressaltar esse distanciamento: “Ah fazia uma reunião, dia das mães tem festa, vem tudo as mães, chamava pra conversa, num aparecia! Bem complicado sabe? Bem assim... a presença deles... uma porque era longe, que num tinha como vir, ou, né?...<sup>97</sup>”.

<sup>96</sup> Entrevista com João (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

<sup>97</sup> Entrevista com Prof<sup>ra</sup>. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

De acordo com Sílvia, a escola oferecia possibilidades para que ocorresse uma maior integração, mas os pais não podem participar. A única atividade afirmada por todos os entrevistados como responsável por “trazer toda a comunidade para a escola”, é a festa junina, essa realizada uma vez por ano, tendo seus lucros revertidos para os próprios alunos, seja em um passeio de fim de ano, seja na compra de materiais esportivos, conforme informou o diretor.

Assim, os professores ao descreverem a importância da festa junina, afirmam também o valor da escola para a comunidade, como na interpretação da Professora Sílvia, em que ela considera a festa junina mais importante do que a festa da Igreja: “Todos os alunos, eles querem, ‘Ah então vamos fazer!’, porque é o momento, a festa junina gira mais dinheiro, mais gente, do que na festa da comunidade, sabe? Essa festa de domingo...(…) É festa da igreja!”<sup>98</sup>.

Deste modo, ao comparar a festa junina com a festa da igreja, tentou evidenciar a importância que a festa junina, promovida pela escola, tem para aqueles moradores, afirmando assim, a existência da integração entre a escola e a comunidade a partir da festa. Portanto, ao tentar compor o significado da escola para Alto Alegre percebi as diversas interpretações por parte dos entrevistados.

Isso possibilita questionar o modo pelo qual os entrevistados elaboraram suas narrativas, pois os professores e funcionários, que trabalham cotidianamente com o “medo” de ver a escola ser desativada, construíram suas falas a fim de afirmar que ela teria grande importância para aqueles moradores. Enquanto o que importa para muitos que tem filhos e parentes na escola é que esse acesso à escolarização mais próximo de casa não acabe.

Foram destacadas as condições de vida e trabalho em decorrência da desativação da escola, como forma de afirmar a necessidade de permanência desta. A fala de Lúcia, ao ser indagada sobre o significado da escola para os moradores de Alto Alegre, apresenta as seguintes questões:

Ah eu acho que é quase tudo para essa gente, porque, criança tudo pequeno, tem uma amiga minha que tem um piázinho de quatro anos, porque comentaram que a escola ia fechar. (...) E daí ela falou: “Como que ia fechar?! Que tinha, que conversar com os pais, pra fazer um abaixo assinado, alguma coisa, como que vai deixa essas crianças ir daqui lá...”, eles são inocentes, porque tem, Três Barras é pequena, mas só que em vista das crianças daqui do interior, são tudo mais simples né?!<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> Entrevista com Prof<sup>a</sup>. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

<sup>99</sup> Entrevista com Lúcia (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, na escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

Em sua análise, primeiramente ela reforça a dependência de mães que possuem filhos pequenos para que os mesmos estejam na escola. Em seguida, Lúcia utiliza como argumento que as crianças “são tudo mais simples”, “do interior”, não teriam condições de estudar com as crianças “da cidade”. Outro fator que preocupa os pais seria a questão da distância ainda maior que os alunos enfrentariam para estudar, caso fosse desativada a escola de Alto Alegre.

Neste caso, os alunos se deslocariam diariamente em média 28 quilômetros até a cidade de Três Barras do Paraná, tal distância sem levar em consideração que muitos moram ainda mais distantes da “estrada grande”, como os moradores denominam a estrada principal, responsável pela “ligação” da localidade de Alto Alegre à rodovia sentido Três Barras do Paraná. Essa realidade já é enfrentada pelos alunos ao concluírem o ensino fundamental, pois, a escola não disponibiliza o ensino médio. De acordo com os professores, muitos estudantes então desistem dos estudos, em função da distância, do tempo que gastariam todo dia para se deslocarem até o núcleo urbano, além do transporte que só é oferecido no período noturno.

A Professora Sílvia também atribui à questão da distância o principal motivo para a desistência do ensino médio. Ao lembrar o caso de uma aluna que concluiu a 8ª série em 2007 só retornando em 2011 para cursar o 1º ano do Ensino médio, a entrevistada destaca:

Já tem muitos que terminam na 8ª série, que não vem pra cá. Teve uma aluna minha, agora que eu tô vendo ela aqui a noite, foi minha aluna da 8ª série quando eu comecei, em 2007. Ela ficou, 2008, 2009 e 2010 parada, porque os pais num deixam vim, é a noite, num é questão as vez de deixá ou não, mas é longe do ponto pra ir pegá, né? da casa, pra ir pegá o ônibus, daí na hora de volta, como que vai pra casa, né? Sozinha, ou o pai tem que ir buscá sempre, e às vezes num tem condições, num tem carro, num tem moto, então é complicado né? Então a menina ficou três anos sem estudá<sup>100</sup>.

Nesse sentido, a fala da entrevistada sugere que a desistência dos alunos ao concluírem o ensino fundamental pode se antecipar com o fechamento da escola de Alto Alegre, indicando também que a alternativa para continuar estudando se daria com a mudança da família até a cidade, conforme análise do diretor da escola, citada anteriormente, em que ele acredita que os pais acompanhariam os filhos nessa busca pelo ensino.

A indicação que o ônibus só circula à noite também aponta os limites colocados para essa formação – desvalorizando os interesses dos estudantes que moram no campo pela possibilidade de acesso à escolarização em outro turno, como também diminuindo as possibilidades de uma sequência regular na passagem do ensino fundamental para o médio. Ou mesmo, ao apontar como a desigualdade no uso da escolarização se apresenta nesses

---

<sup>100</sup> Entrevista com Profª. Sílvia (pseudônimo), concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.

casos, em que a presença desses estudantes no trabalho não os deixam muitas perspectivas de decidirem estudar em outro turno. Essa limitação do atendimento escolar os coloca no enfrentamento do escuro, das estradas, da insegurança ao descer em um ponto da estrada “próximo” a sua residência tarde da noite.

Compreendo assim, que a possibilidade de oferecer estudo aos filhos é uma das preocupações fundamentais para os pais, sendo possivelmente este o principal significado que a escola tem para os moradores de Alto Alegre. Como sugeriu João, ao narrar que lhe desagrada a impossibilidade de sua neta concluir seus estudos naquela comunidade: “A única coisa menina, que nós temos hoje, que podemos falar que, que a gente não é contente, é por causa desse problema, que, não pode fazê 2º grau aqui né?...”<sup>101</sup>.

João já faz sua avaliação a partir da preocupação com a neta. Por isso, não só a manutenção mas a ampliação da rede de ensino é enfocada. Sua fala aponta a dificuldade em dar continuidade aos estudos quando se encerra o Ensino Fundamental oferecido no Distrito.

Assim, tem se mostrado como alternativa para que os estudantes cursem o ensino médio, a Casa Familiar Rural (CFR)<sup>102</sup>, localizada na comunidade Itaguaçu, na área rural do município de Três Barras do Paraná, mantida pelo governo do Estado. Desde o ano de 2010 também oferece o ensino médio, além do ensino fundamental, para os estudantes vindos do campo, funcionando a partir da Pedagogia de Alternância<sup>103</sup>

Desta forma, foi indicada por Vitória, pedagoga de Alto Alegre, essa prática escolar como possibilidade para que os alunos continuem estudando após concluírem a 8ª série. Sendo analisado por Vitória que no ano de 2010 a maioria dos alunos daquela comunidade foi cursar o ensino médio nesta CFR:

[...] da 8ª série do ano passado, [...] acho que assim, eles deveriam ser nuns 10, 11, a 8ª série, num sei nem se chegava a isso, porque eu num lembro direito, e a maioria foi para a casa familiar rural. [...] Então ano passado que entrou o ensino médio lá... Isso foi bom porque que nem, o caso dos alunos

<sup>101</sup> Entrevista com João (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

<sup>102</sup> De acordo com Cláudia Passador esse projeto teve início no Estado do Paraná em 1988, por iniciativa de agricultores no Sudoeste do Paraná, com o objetivo de construir uma escola que visasse formar os jovens agricultores para as suas necessidades, enquanto moradores do campo. Essas e outras questões podem ser conferidas em: PASSADOR, Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais no Estado do Paraná. Disponível em: <[http://www.red-ler.org/projeto\\_escola\\_campo.pdf](http://www.red-ler.org/projeto_escola_campo.pdf)> Acesso em agosto de 2011. Originalmente publicado em: FARAH, Marta F. S.; BARBOZA, Hélio B. (Orgs.) **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

<sup>103</sup> Por meio desta pedagogia, os alunos permanecem durante uma semana na CFR, e nas próximas duas semanas eles retornam para a propriedade rural de sua família, onde realizam atividades e trabalhos, colocando em prática o aprendizado adquirido na CFR.

daqui, eles puderam ir para lá, senão era só o noturno, na escola da cidade que restaria...<sup>104</sup>

Ao considerar que a CFR tornou-se uma possibilidade para que os alunos de Alto Alegre possam concluir seus estudos, a pedagoga acredita que logo reduzirá o número de abandono dos estudos. Além disso, já que a proposta de ensino na CFR é voltada para a realidade dos alunos avalia que podem aprofundar mais sobre o meio em que vivem, contribuindo assim para a permanência deles no campo, diferentemente do ensino que seria oferecido no colégio na cidade.

O projeto da CFR no Estado do Paraná, discutido por Cláudia Souza Passador indica que existe a preocupação com o ensino de acordo com a realidade daqueles alunos, enquanto filhos de agricultores, sendo que, segundo ela: “As unidades da Escola do Campo diferenciam-se uma das outras quanto ao conteúdo programático, adaptado à realidade cada região”<sup>105</sup>.

Nesse sentido, essa alternativa pode ser considerada diante as políticas públicas voltadas para a educação no campo como a melhor opção para os filhos de pequenos proprietários de Alto Alegre. No entanto, naquela região existem muitos trabalhadores rurais temporários e, infelizmente, as informações encontradas acerca da CFR não possibilitam compreender se os filhos desses trabalhadores temporários participariam da CFR.

Ainda assim, há discordâncias com esse procedimento da CFR, principalmente porque ele determina que quem vive no campo deve ter sua escolarização para atuação no campo – mas uma atuação para o trabalho – dificultando o acesso a uma formação que lhe garanta uma decisão por outros encaminhamentos estudantis, como preparação para o processo seletivo universitário, ou mesmo que lhe garanta que a aplicabilidade de sua formação na CFR permita alterar seus rendimentos e condições de trabalho.

Lidar com a realidade desses estudantes não é traduzir em uma permanência aleatória no campo, talvez é compreender suas expectativas e modos de lidar com o presente, como também a insegurança do viver desses sujeitos que coloca a continuidade dos estudos em segundo plano. A tentativa de produzir transformações no seu modo de vida primeiramente passa pela sobrevivência e, muitas vezes, em mudar a sua condição de classe.

Para os filhos de trabalhadores diaristas, a alternativa mais comum seria a de se deslocarem diariamente até a cidade no período noturno, em condições que vem implicando

---

<sup>104</sup> Entrevista com a pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011. Realizada na escola de Alto Alegre.

<sup>105</sup> PASSADOR, Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo... op. cit.

na desistência dos estudos de grande maioria dos alunos, principalmente pela distância em que muitos residem da “estrada grande”. Essa distância é atualmente maior em decorrência das alterações fundiárias sofridas na região, com a existência de grandes propriedades que modificaram o trajeto de acesso.

Outro fator que pode ser tomado como indicativo de tais transformações, é a constante movimentação de estudantes no decorrer do ano letivo, o que nos leva a questionar de que maneira a integração entre a escola e a “comunidade” pode ser prejudicada por essa questão, haja vista que parte desses moradores está sempre em busca de trabalho e melhorias nas suas condições de vida não se fixando ao lugar, mas construindo alternativas que podem levá-los a outras regiões.

Assim, no ano de 2010, estavam matriculados 34 alunos, com idades entre 10 e 15 anos, na Escola Estadual de Alto Alegre<sup>106</sup>. Porém, esse número de alunos varia no decorrer do ano letivo, pois, como foi interpretado pela Professora Maria, dificilmente todos os alunos que começavam o ano letivo, terminavam naquela escola:

Olha às vezes até acontece de começar o ano e terminar na escola... (...) Mas às vezes, durante o ano, eles mudam, fazem essa mudança, troca de... então às vezes a gente fica até com dó deles, né? Porque quando tá entrando no ritmo, né? Que tá se encaixando, aí troca de novo de escola... então é difícil pra eles né?<sup>107</sup>

Essa “prática de mudar” narrada pela professora ocorre em função dos trabalhos temporários dos familiares, permanecendo, às vezes, o tempo que dura uma colheita, ou seja, por curtos espaços de tempo em cada localidade. Deste modo, além da escolarização prejudicada não há tempo suficiente para se construir uma “relação” com o próprio lugar, muito menos entre a escola e os pais, que provisoriamente compõem aquela comunidade.

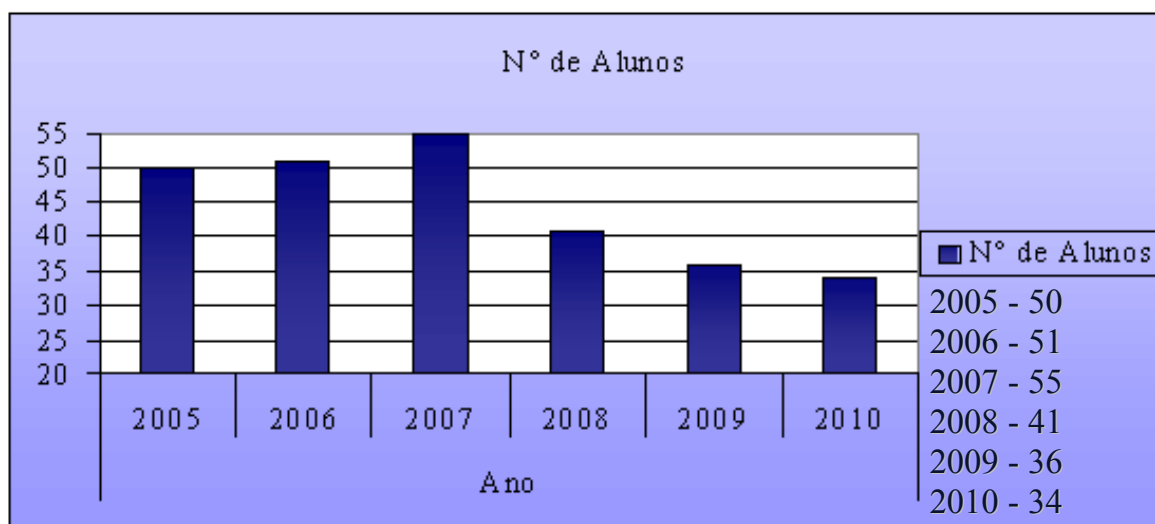
Além dessa movimentação de trabalhadores e, por consequência dos seus filhos – estudantes da escola em questão – a redução do número de alunos matriculados vem se acentuando ano após ano, aumentando assim a insegurança diante a continuidade das atividades da escola. Os que convivem cotidianamente com esse processo reconhecem, muito mais que nos números, as dificuldades em manter em funcionamento tal estrutura:

---

<sup>106</sup> Estas questões estão disponíveis em: ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 10. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

<sup>107</sup> Entrevista com Prof<sup>a</sup>. Maria (pseudônimo), concedida à concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná.





**IMAGEM 7 - Número de Alunos Matriculados na Escola Estadual de Alto Alegre**

Fonte: ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 10. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

Nesse sentido, vale ressaltar que esse gráfico destaca os números de matrículas que foram realizadas no decorrer do ano letivo, ou seja, tendo em vista esse constante deslocamento de alunos, esse número em certos períodos foi menor do que os apresentados. Além disso, diante uma escola com cerca de 30 alunos é fácil compreender o receio pela sua desativação, já que posterior ao processo de nucleação esse número era muito maior, conforme lembrou Beatriz em sua entrevista: “Quando eu entrei trabalhar aqui, na época seriam trezentos alunos. Teve uma época de até contra-turno. E agora a gente vê o quanto de alunos que tem...”<sup>108</sup>.

Até o momento não foi enviado qualquer documento da Prefeitura Municipal, ou do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, o qual a escola estadual pertence, informando qualquer possibilidade de encerrar as atividades daquela escola.

Deste modo, o diretor da escola ao ser questionado sobre essa questão, analisou a perspectiva que ele considera que os pais têm em relação à permanência da escola:

A ação que poderia transcender, após o fechamento, por causa que já sem ter uma coisa, nada oficial, sem ter nada, os pais já estão conversando com a gente, já tão batalhando, já estão falando com outras pessoas e coisa...<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Entrevista com Beatriz (pseudônimo), concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010. Realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre e moradora do distrito.

<sup>109</sup> Entrevista com Prof. Pedro (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada em sua residência.

Além disso, reconheceu a falta de “algo oficial” que informe o fechamento da escola de Alto Alegre, mas, o receio existente diante essa possibilidade, o faz afirmar uma possível “ação” por parte da comunidade, visando impedir que isto ocorra. Alguns elementos podem ser considerados como essenciais na perspectiva de permanência desta escola.

Primeiramente gostaria de destacar a atenção, em certa medida, que o governo do Estado do Paraná tem demonstrado em relação ao ensino no campo. Nesse sentido, a interpretação da pedagoga Vitória, ao ser questionada sobre a possibilidade de fechamento da escola, indica que em decorrência da política educacional do governo do Estado, voltada ao ensino do campo, faz com que considere que a escola de Alto Alegre não será desativada: “Mas, se eles querem uma política de educação do campo, então não fechem a educação do campo, não fechem uma escola do campo, né? Então, como tem que existir uma educação do campo, então como que vão fechar uma escola do campo<sup>110</sup>”. Ao lembrar a “atenção” do governo estadual para com essas escolas rurais, a pedagoga indica que isso sustenta sua perspectiva de que a escola de Alto Alegre continuará em funcionamento.

Desta forma, a análise realizada pela pedagoga, ocorre em função principalmente da existência no Estado do Paraná do Departamento de Educação do Campo, na Secretaria Estadual da Educação, além das Diretrizes Curriculares Paranaense para a Educação do Campo<sup>111</sup>. Essas ações sugerem a preocupação do governo em manter as escolas no campo, e essas agindo dentro da política educacional voltada para a educação do campo. Por conhecer tais iniciativas, a pedagoga elaborou sua análise, com a expectativa de que as escolas rurais, como Alto Alegre, permaneçam.

Proponho então, questionar qual a intencionalidade do governo a partir dessa iniciativa de manter o ensino no campo, seria no sentido da permanência dessa população no campo? Formar mão de obra para atuar nessa realidade? Como definir que os trabalhadores temporários de Alto Alegre, não anseiam mudanças, a não ser a busca pela sobrevivência da família e estudo para atuação no campo? Tais questionamentos foram surgindo no decorrer da pesquisa, a partir da leitura das fontes, indicando assim, a relevância da problematização acerca desta política educacional do Estado, pois, as discussões aqui realizadas, sugeriram que esta proposta educacional está diretamente relacionada com o modo de vida dos trabalhadores do campo.

---

<sup>110</sup> Entrevista pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada na escola de Alto Alegre.

<sup>111</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

Cabe ainda indicar que esta iniciativa é também sugerida pelo governo federal, que reconhece em sua historicidade a pressão de diversos movimentos reivindicando o ensino no e do campo de qualidade<sup>112</sup>. Como é destacado no próprio texto das diretrizes:

No final dos anos de 1990, espaços públicos de debate sobre a educação do campo foram efetivados, a exemplo do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera), em 1997, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), especialmente, dentre outras entidades. Naquele evento, foi lançado um desafio: pensar a educação pública a partir do mundo do campo, levando em conta o seu contexto, em termos de sua cultura específica, quanto à maneira de conceber o tempo, o espaço, o meio ambiente e quanto ao modo de viver, de organizar família e trabalho. (...) Esses espaços públicos marcaram a construção do paradigma da educação do campo, em oposição às frágeis políticas para a educação rural predominantes no país. A partir de então, o poder público passou a reconhecer a necessidade de pensar uma legislação específica de educação aos povos do campo (...)<sup>113</sup>.

Assim, esta organização em nível nacional, logo ocorreu também no Estado do Paraná, sendo que em 2000 foi organizado o movimento “Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo”, que envolve diversas entidades, tais como: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Prefeitura Municipal de Porto Barreiro e de Francisco Beltrão, além de Universidades: UFPR, UEM, UNICENTRO e UNIOESTE, dentre outras entidades envolvidas<sup>114</sup>. Compondo assim a luta por uma educação de qualidade e que atenda aos interesses e necessidades dos moradores do campo neste Estado.

A partir disso, compreendo que tal movimento repercutiu na elaboração em 2006 das diretrizes para a educação no campo, além da criação em 2002 da Coordenação da Educação do Campo, esta que era uma das reivindicações deste movimento, citado anteriormente. Muito embora, isso não implique em considerar que a questão do ensino no campo foi resolvida no Estado, como sugeriu os professores entrevistados sobre a Escola Estadual de Alto Alegre, indicando que o ensino está ainda muito distante daquela proposta reivindicada pelo movimento “Por Uma Educação do Campo”.

<sup>112</sup> “No: o povo tem direito a ser educado no lugar em que vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Ver esta discussão em: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Coleção Por Uma Educação do Campo, 2002, V. 04. Disponível em: <://forumeja.org.br/ec/files/Vol%204%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20do%20Campo.pdf > Acesso em Agosto de 2011.

<sup>113</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes...** Op. cit. p. 19.

<sup>114</sup> Idem. *Ibidem*, p. 21.

Cabe ainda destacar que os professores entrevistados pautaram que havia sido encaminhada uma ordem da Secretaria de Educação do Estado, informando que a escola de Alto Alegre teria uma alteração em seu nome, sendo a partir de então denominada de Escola Estadual Rural de Alto Alegre, esse mesmo processo deve ocorrer com as demais escolas localizadas na área rural do Estado. Infelizmente, o reconhecimento da realidade em que essas escolas estão inseridas, o meio rural, não basta para garantir que elas hajam efetivamente como escolas do campo, devendo ir muito além do nome, visando, principalmente a preparação constante dos professores para atuarem neste meio, ou ainda que isso signifique possibilidade de alteração nas condições das famílias dos estudantes.

Deste modo, nas poucas linhas destinadas ao ponto “Educação do Campo” o PPP da Escola Estadual de Alto Alegre reconhece esta proposta de ensino, porém, em seguida, admite não segui-la, como é perceptível no trecho descrito abaixo:

Somos uma escola do campo. Todos os alunos da Escola são filhos de agricultores, bóias-fria, arrendatários, meeiros ou cuidam de sítios e fazendas. A grande diferença é que esses alunos não têm uma educação voltada para as suas necessidades. As aulas são desenvolvidas a partir de um currículo que atende os alunos mas não trata a educação do campo conforme as suas diretrizes, por isso a necessidade de adaptar a matriz curricular a esta realidade. (...) Mesmo trabalhando com a matriz curricular igual para todos, acreditamos que as escolas do campo precisam mudar a sua concepção e metodologia de trabalho para com esses alunos (...)<sup>115</sup>.

Na análise desses trechos percebo uma contradição, pois, mesmo se identificando enquanto uma “escola do campo” indica a limitação no processo de ensino aprendizagem ao colocar em prática tal proposta, pois necessitam “adaptar a matriz curricular” àquela realidade remetendo-se às políticas educacionais que cobram esse diálogo com a realidade dos estudantes.

Isso sugere que mesmo anunciando ser “uma escola de campo” trabalham com o mesmo currículo escolar das escolas localizadas na área urbana, ignorando desta forma as diretrizes curriculares para a educação no campo do Estado do Paraná e a realidade dos alunos atendidos pela escola. Estando assim, muito distante da proposta de ensino do campo que privilegie a realidade e as necessidades daqueles alunos. Por outro lado, os limites dessa alteração curricular naquela escola, pois o processo de melhoramento do ensino deve estar associado à melhoria nas condições de vida daqueles, uma vez que somente a alteração curricular não transformaria a realidade dos alunos, se eles continuassem se deslocando a todo

---

<sup>115</sup> ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 23. Disponível em: <http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

momento para diferentes locais, com a família em busca de oportunidades de trabalho. A intrínseca relação que existe entre as condições dessas famílias de trabalhadores rurais e suas perspectivas de lidar com a educação deve ser levadas em conta.

Para isso, podemos remeter a proposta de ensino de Paulo Freire<sup>116</sup>, que indica a necessidade que os educadores devem ter em se atentar para a realidade dos estudantes, para que a partir disso, possam construir o conhecimento dentro de sala de aula. Assim, pensando na realidade da Escola de Alto Alegre, os trabalhadores da escola precisam compreender as condições de vida dos estudantes e de suas famílias, para que então o ensino seja pensado e elaborado em constante relação entre o conteúdo abordado na escola e a realidade, perspectivas e experiências vividas pelos estudantes em seu ambiente escolar e social, para que assim os alunos tenham condições de interpretar e atuar no meio em que vive, de modo que possam transformar sua realidade.

Thompson no texto “O Poder Transformador da Cruz<sup>117</sup>”, discute como que por meio da religião eram realizadas “atividades educacionais”, que visavam disciplinar os sujeitos para o trabalho, abordando o contexto da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. A partir dessa perspectiva de análise do autor foi possível perceber como o uso do processo de alfabetização e de acesso à escolarização é algo disputado e que pretende chegar aos trabalhadores como forma de controle e determinação do uso dessa formação, mas ainda assim, isso não está dado, pois, esses sujeitos trazem consigo suas experiências, logo constroem suas próprias interpretações acerca do processo que estão envolvidos, como na afirmação de Thompson de que não foram todos os considerados “trabalhadores metodistas” que foram disciplinados, pois, vários desses atuaram em “diferentes tendências políticas da classe operária<sup>118</sup>”. Assim, a experiência dos sujeitos não possibilita, a partir do ensino, a simples dominação ou aceitação da imposição de uma perspectiva de vida, que foge a sua realidade e necessidades.

Deste modo, por mais que a proposta de educação do campo atual busque privilegiar determinadas concepções, vale ressaltar que o “ensinado” na escola, não se limita a esse ambiente, sendo por vezes “socializado” na família, na conversa com o vizinho, na Igreja, indicando assim, outras interpretações e visões de mundo. Deste modo, a partir de seus elementos, os estudantes irão reelaborar o que lhe está sendo sugerido como produção do conhecimento.

---

<sup>116</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>117</sup> THOMPSON, Edward Paul. O Poder Transformador da Cruz. In: **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 02, 1987, p. 255-289.

<sup>118</sup> Idem. *Ibidem*, p. 277.

Ao pensar essa questão em diálogo com a proposta de educação do campo, por mais que considere que o ensino deve privilegiar a realidade, o meio que cerca os estudantes, isso não implica em considerar que ao partir dessa compreensão se deve proporcionar um ensino aos moradores do campo que limite sua atuação na sociedade. Até porque essa proposta sugerida nas diretrizes, não é aceita passivamente pelos estudantes e educadores, de modo que, a partir de suas experiências podem “reelaborar” a proposta de ensino, não aceitando uma possível colocação da educação do campo como educação para o trabalho no campo, para formação de mão de obra.

Portanto, por mais que, como sugere Thompson, a proposta de ensino espera transformar os hábitos e costumes dos sujeitos, é no processo vivenciado por esses que ocorrerá suas interpretações e construção de perspectivas de transformar sua realidade, suas condições de vida. A análise acerca da proposta de ensino para as escolas do campo foi realizada nas entrevistas, em que os professores sugeriram possuir certo conhecimento em relação à proposta do ensino no campo, no entanto, reconhecem que isso não vem ocorrendo na sua prática de ensino, vide PPP da escola. Como interpretou a pedagoga, ao ser indagada sobre a maneira como o ensino estaria ocorrendo, tendo em vista as propostas das diretrizes para uma educação do campo, ela indicou:

Agora os conteúdos trabalhados, eu não vejo eles voltados para educação do campo. Então eles são trabalhados de forma, como eu trabalho assim, com outros alunos de outros ambientes... Então eu não consigo puxar a educação do campo para dentro do conteúdo... Como... até, toda proposta curricular né? É feito, é destinada uma parte dela, o contexto, para a educação do campo, é trabalhado dentro da proposta, mas assim, eu num sei até que ponto, isso tá acontecendo né? No dia a dia da escola, né? Se eu consigo pegar o que tá na minha proposta e colocá em prática em sala...[...] eu acho ainda, que tá, tá andando sabe? Até, num tem, por exemplo assim, no núcleo, quando tem uma formação continuada, num é feito uma formação continuada para os professores do campo...<sup>119</sup>

A fala cortada e sem uma construção segura da prática na escola sugere que por mais que essa proposta de ensino vise uma educação que discuta o meio social vivenciado cotidianamente por aqueles estudantes e seus familiares, isso não ocorre efetivamente. A prática docente e de produção do conhecimento é tratada como se fosse desvinculada do lugar e do modo de vida desses estudantes.

Essa perspectiva é aqui compreendida como limitada, uma vez que é a partir do que vivem que os sujeitos vão compreender a sociedade ao seu redor, como sugere Thompson, no

---

<sup>119</sup> Entrevista pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada na escola de Alto Alegre.

texto “Educação e Experiência”<sup>120</sup>. Ao mencionar o quanto aprendeu no período em que trabalhava na escolarização de adultos, aponta principalmente a necessidade no processo educacional de “conseguir o equilíbrio entre o rigor intelectual e o respeito pela experiência”<sup>121</sup> dos estudantes.

Deve-se assim, ocorrer à relação entre educação e experiência, de modo que, a “crítica da vida”<sup>122</sup> indicada por Thompson, necessita estar presente em todas as discussões realizadas em sala de aula, para que a partir de cada contexto, seja compartilhada experiências entre professores e alunos, na busca por compreender o que está sendo tratado. Essa problematização é pertinente para este trabalho, por possibilitar questionar qual o intuito da educação indicada para as escolas do campo, pois, como já referenciado no texto anterior deste mesmo autor, existe por parte dos grupos hegemônicos, o interesse em controlar a formação educacional dos trabalhadores a partir de seus interesses.

No entanto, Thompson sugere que esse propósito não ocorre efetivamente, de modo que a educação amplia a visão dos sujeitos acerca das questões que o cerca, podendo estes, modificar sua realidade. Por isso, faz-se necessária certa distinção acerca do trabalho educacional para que não se torne “controle social”, negando a experiência e necessidades sociais dos estudantes.

Essa reflexão se faz pertinente por possibilitar repensar a proposta do Estado de considerar que o ensino do campo deve contribuir na perspectiva de manter aqueles estudantes no campo. Deste modo, a educação oferecida na escola, aqui problematizada, sugere que está colaborando para o deslocamento da população de Alto Alegre para a área urbana, possibilitando assim, condições para o “fim daquela escola”, com a saída dos moradores, como foi discutido anteriormente na relação recíproca de dependência para permanecer, entre a escola e a comunidade.

Nesse sentido, Carvalho e Leal me instigam a pensar na formulação que fazem sobre as disputas no processo de escolarização, sugerindo que “A educação voltada para a urbanização faz com que se esvazie o campo e esse modelo está dentro da lógica dos interesses capitalistas e latifundiários”<sup>123</sup>.

---

<sup>120</sup> THOMPSON, Edward Paul. Educação e Experiência. In: **Os Românticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.11-47.

<sup>121</sup> Idem. Ibidem, p.46.

<sup>122</sup> Idem. Ibidem, p. 43.

<sup>123</sup> CARVALHO, Marco A. B.; LEAL, Lourdes, C. T. **Uma Proposta de Educação no Campo**: Um capítulo da história de luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias no Sudoeste paranaense. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/4VWVOEN5.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/4VWVOEN5.pdf)> Acesso em Fevereiro de 2011.

Nessa perspectiva, foi realizada também a análise de Reis Neto<sup>124</sup>, indicando a necessidade de questionar em que medida a escola pode ser considerada rural: apenas pelo local em que está localizada? Pela precariedade na estrutura física? Ou, e justamente por isso, pelos conteúdos e expectativas voltados ao campo que a escola constrói no processo de ensino-aprendizagem? Uma vez que, não atendendo a esta última questão, a escola poderia se tornar “o caminho da cidade”, conforme sugere o título de seu trabalho.

Deste modo, a interpretação da pedagoga Vitória atribui alguns elementos que limitam o processo de ensino na escola de Alto Alegre, de acordo com as necessidades daqueles alunos do campo, considerando então o processo de formação dos professores inadequado às necessidades da escola rural, além da falta de iniciativa do governo em oferecer cursos de capacitação para os professores dessas escolas. Sendo esses, para a pedagoga, os principais motivos pelos quais a escola de Alto Alegre não atende à proposta das diretrizes da educação do campo:

Mas pelo menos se eles passassem mais informações, de como, dentro de cada disciplina, eu poderia estar trazendo para a realidade do aluno, que eu acho que, é um conhecimento que, que não tem, porque como a maioria dos professores são formados, todos os professores são formados há pouco tempo, então nem todos tiveram o conhecimento de, direcionado à escola do campo, ou ali, os níveis de modalidades de educação, são informações assim que a gente acaba não tendo na faculdade...<sup>125</sup>

Nesse sentido, a entrevistada sugere que a falta de preparo dos professores em lidar com a realidade do ensino do campo vem desde a graduação, assim como, posteriormente, nos cursos de formação oferecidos pelo Núcleo Regional de Educação, que não abordam as possibilidades de trabalho na perspectiva do ensino no campo. Isso nos leva a refletir, de que maneira o governo propõem realizar efetivamente a educação do campo neste Estado?

Percebo assim, contradições na política educacional do governo do Estado para a educação do campo, sendo que, esta deve ir além da elaboração de uma diretriz para o ensino nas escolas no campo, e ou acrescentar “Rural” no nome dessas escolas. Desta forma, por mais que exista uma política educacional que vise oferecer o ensino aos moradores do campo, de acordo com sua realidade, cabe questionar em que medida essa preocupação do governo do Estado ultrapassa as Diretrizes, pois, partindo do caso de Alto Alegre, compreendo que a realidade atual do ensino na área rural está ainda muito distante da proposta para a educação do campo. Além de que, questiono de que maneira a realização efetiva do “ensino do campo”,

<sup>124</sup> Reis Neto, Antonio. **Escola Rural: O caminho da cidade – o caso do município de Floriano – PI**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2005.

<sup>125</sup> Entrevista pedagoga Vitória (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada na escola de Alto Alegre.



nos moldes descritos nas Diretrizes, possibilitaria alguma melhoria para a aprendizagem dos alunos, como também a utilização desse ensino em outros locais que não se limitem ao espaço rural.

Como já indicado anteriormente, a luta por uma educação “no e do” campo no Estado do Paraná vem ocorrendo há algum tempo. Sem dúvidas, as Instituições de Ensino Superior tem demonstrado papel relevante nesta luta. Assim, nós inseridos neste meio acadêmico, devemos discutir de que forma propiciar uma educação “no e do campo”, privilegiando as necessidades desses moradores, um ensino relacionado com a realidade dos alunos, seja nos reassentamentos, nos acampamentos do MST, nas aldeias indígenas, enfim, nas diversas escolas rurais, como Alto Alegre, que ainda são “tratadas” como urbanas, implicaria em alguma melhora para aqueles indivíduos.

A partir do exposto, cabe destacar os limites e as possibilidades analisados em que ocorre a relação escola e comunidade de Alto Alegre, além do que, pensar em quais condições essa escola rural, e as demais, se mantêm.

Desta forma, o receio dos professores de que a escola seja desativada, diante a falta de perspectiva de permanência da escola, sugere um processo mais amplo na realidade do campo, em que os pequenos proprietários estão perdendo “seu espaço”, tornando-se trabalhadores temporários no rural ou no urbano, como percebível na análise acerca da realidade de Alto Alegre, a partir do processo vivenciado de transformações no seu em torno, que reflete na dinâmica de funcionamento da escola e nas relações estabelecidas naquela comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho busquei principalmente compreender os significados que a permanência da escola de Alto Alegre representa para aquela comunidade, por meio da relação estabelecida entre escola e comunidade, diante o processo de transformações naquele local.

Para isso, foi fundamental a utilização da fonte oral, sendo que, por meio da interpretação que os trabalhadores elaboraram desse processo, foi possível discutir as questões envolvidas, sobre educação, trabalho, moradia, condições de vida. Sendo contraposto a essas narrativas outras fontes, como os dados do IBGE e o PPP da escola. Assim, por mais que, como todas as demais fontes, está presente nestas a subjetividade acerca do narrado, foi nesta contraposição que busquei problematizar o processo tratado.

Acerca das fontes orais, faz-se necessário pensar a maneira como os entrevistados me avaliavam enquanto entrevistadora, pois, por meio desta imagem eles elaboravam suas narrativas e o que elegeram para narrar. A relevância de tal compreensão está no sentido indicado por Portelli, a elaboração construída acerca do entrevistador pelo entrevistado pode “limitar” sua interpretação, por outro lado, a troca de experiência entre os dois sujeitos, a igualdade na relação, entre indivíduos diferentes, necessária na entrevista “é condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas”<sup>126</sup>, ainda que ambos saibam suas intenções e seu lugar nesse processo.

Essa relação, sugerida por Portelli, foi experimentada nessa pesquisa, principalmente em relação aos professores entrevistados, pois, muitos desses eu já conhecia em decorrência do projeto de extensão realizado em 2010, sendo que esse contato proporcionou maior “liberdade” durante a conversa e ao interpretarem o significado da permanência daquela escola. Por outro lado, mesmo que eles soubessem que se tratava de uma pesquisa para um TCC, formularam suas interpretações considerando a possibilidade de viabilizar as questões que lhes eram pertinentes, principalmente a permanência da escola para a continuidade dos seus postos de trabalho.

Foi um “desafio” chegar à residência de pessoas desconhecidas, que foram indicadas para narrar este processo, como João. Uma vez que a interpretação deste ao meu respeito poderia influenciar diretamente sua narrativa no decorrer da entrevista. Assim, percebi essa relação discutida por Portelli, principalmente no momento em que solicitei autorização de

---

<sup>126</sup> PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n.14, 1997. p.09.

João para utilizar a entrevista explicando que sua identidade seria preservada, esse então me respondeu: “Quer preservar, preserva! Mas só que a nossa conversa aqui, pra mim hoje foi uma grande coisa... Porque ao menos você vai saber alguma coisa de nós, nós vamos saber de você...”<sup>127</sup>. Não se pode assim desconsiderar que “uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua<sup>128</sup>”, já que o entrevistado também vai “saber de você”. Sendo a entrevista também uma “ação política”, pois esse “simples” ato de ouvir a interpretação do sujeito acerca de determinado processo, pode implicar em “mudança significativa na autoconsciência das pessoas”, a partir da interpretação que se constrói naquele momento<sup>129</sup>.

Considerando essas questões, abordei primeiramente, o processo de transformações vivenciado em Alto Alegre entre as décadas de 1980 e 2010, por compreender que, algumas transformações, como e, principalmente, a construção da UHE Salto Caxias no decorrer da década de 1990, implicou no deslocamento de grande parte dos moradores daquele local. Além disso, outros fatores, tais como: os cultivos passageiros – como a hortelã –; a movimentação campo-cidade; a concentração fundiária; também foram expressivos no deslocamento daquela população, reduzindo assim, expressivamente o número de trabalhadores que moram no distrito e, em consequência, de alunos naquela escola.

Esse processo possibilitou compreender a perspectiva de fechamento da Escola de Alto Alegre, que conforme foi indicado na narrativa dos profissionais da escola, desde o primeiro contato com esta, construiu-se um receio de que a escola possa ser desativada, assim como entre os sujeitos que convivem em seu cotidiano, com esse processo de modificações.

Além da redução populacional, outro fator relevante na possibilidade de desativação daquela escola, interpretado por aqueles sujeitos, trata-se do fato de terem acompanhado o fechamento de várias escolas próximas à localidade de Alto Alegre, em decorrência da política do Estado de nucleação, que determinou, a partir da década de 1990, que várias escolas rurais fossem desativadas, concentrando o ensino numa escola núcleo, colocando esse campo de possibilidade como muito próximo de Alto Alegre, que diante o número reduzido de alunos matriculados vê o fechamento da escola como algo próximo e temeroso. Entretanto, por vezes foi ignorado pelos entrevistados esse processo, sendo associado o fechamento das escolas rurais apenas à redução populacional, em decorrência da construção da UHE Salto Caxias, que é a prática mais marcante na trajetória desses sujeitos.

---

<sup>127</sup> Entrevista com João (pseudônimo), concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre.

<sup>128</sup> Idem. Ibidem. p. 09.

<sup>129</sup> Idem. Ibidem. p. 24.

Após a discussão acerca do processo de transformações vivenciado no distrito, problematizei a relação estabelecida entre a escola e a comunidade, partindo da questão indicada por alguns entrevistados, de que existiria certa relação de dependência para a permanência tanto da escola, como da comunidade, ou seja, que a escola permanecerá apenas se a comunidade não reduzir, uma vez que a comunidade também não dissolverá se a escola se mantiver. Tal análise realizada, principalmente pelos profissionais que trabalham na escola, indicou a necessidade que eles têm de afirmar tal compreensão, uma vez que a continuação da escola significa para esses a continuidade do seu trabalho, da sua sobrevivência e, para muitos, continuar morando próximo do trabalho.

No entanto, esse Trabalho de Conclusão de Curso, assim como qualquer outra pesquisa do gênero, é limitado, não sendo possível abordar todas as questões envoltas nessa temática. Assim, as “lacunas” possivelmente presentes, em decorrência da dificuldade encontrada na elaboração deste trabalho, principalmente pela limitação de fontes sobre a região e prazos para ampliar a pesquisa, pode ser tomada como ponto inicial de discussão para outras possíveis pesquisas que envolvem essa questão.

Nesse sentido, percebi a relevância da problematização acerca do ensino na escola localizada na área rural, pois, mais do que limitar a análise no em torno da escola, é necessário atentar-se para seu processo de ensino, que está diretamente envolvido com a dinâmica de funcionamento da escola.

Assim, partindo do suposto sugerido anteriormente, de que o papel do historiador é de se engajar nos problemas de seu tempo e ao seu redor, que envolve a vida de pessoas reais<sup>130</sup>, considero que se justifica esse debate principalmente em decorrência da política educacional do Governo do Estado do Paraná existente para a Educação do Campo, além dos inúmeros movimentos engajados na luta para que se realize uma Educação “no e do Campo”.

Sendo assim, é necessário questionar em que medida tal política visa realmente melhorar a qualidade do ensino e as condições de vida daqueles alunos, não estando apenas limitando a formação desses alunos para questões da sua realidade e condição social. De modo que a escola rural deixe de se tornar “o caminho para a cidade<sup>131</sup>”, como indicou o título da dissertação de Antonio Reis Neto, mas vise à permanência desses sujeitos, digo trabalhadores, no campo, possibilitando perspectivas de melhoria e mudanças na sua condição de classe.

---

<sup>130</sup> FONTANA, Josep. A História dos Homens. Op. cit.

<sup>131</sup> REIS NETO, Antonio. Escola Rural: O caminho da cidade. Op. cit.

Essa questão que brevemente discuti no trabalho não estava na proposta inicial de análise, porém foi sugerida a partir da leitura das fontes e da bibliografia analisada. Além disso, cabe destacar outra problemática percebida, que também não foi possível discutir efetivamente nesse trabalho. Trata-se do processo de movimentação constante da população daquela região, que conforme foi problematizado, o ato de se deslocar e retornar para aquele local integra um processo mais amplo, para além da “vontade” daqueles que vivem em Alto Alegre, como, por exemplo, aqueles que saíram do local em função da construção da UHE Salto Caxias.

Assim, alguns entrevistados destacaram o seu próprio retorno e de outros para Alto Alegre, seja na condição de pequenos proprietários, seja enquanto trabalhadores rurais. Alguns desses, de acordo com os entrevistados, receberam terras no reassentamentos, mas retornam para a região mesmo sem possibilidade de adquirir propriedade. Outros que venderam suas terras antes da indenização da Copel, e ou optaram pela carta de crédito, se deslocando assim para outros municípios, recentemente também retornaram para a região.

Isso sugere que ainda permanece a relação desses sujeitos com aquele local, em que construíram suas relações de amizade, de trabalho, suas trajetórias. Para a compreensão dessa dinâmica, torna-se necessário problematizar um processo mais amplo, questionando os motivos que pressionam o retorno àquela região. A realidade vivida em outros locais aponta algumas questões relevantes para se aprofundar, mas que fugiriam da proposta desse trabalho.

Portanto, mais do que finalizar indicando as questões que infelizmente ficaram sem a discussão devida, assim como as que surgiram pelo caminho, instigando possíveis problemáticas a serem pesquisadas, quero lembrar aqui, que esse trabalho foi principalmente fruto do diálogo entre orientanda e orientadora, e como não poderia deixar de ser, diálogo também entre teoria e prática. Além disso, infelizmente não foi possível “expressar” a trajetória percorrida no decorrer desta pesquisa, a “busca” pelas fontes, no sentido de que este texto apresenta o “material pronto” e, mais do que isso, foi no decorrer de todo esse processo de pesquisa que a verdadeira aprendizagem, o crescimento enquanto “profissional de história” realmente se deu.

## FONTES

### Entrevistas\*:

Entrevista com Ana (pseudônimo), 62 anos, concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010. Realizada na Escola de Alto Alegre. Moradora da região desde final da década de 1970. Trabalhou como pedagoga na Escola Estadual de Alto Alegre em 2009 e 2010.

Entrevista com Beatriz (pseudônimo), 51 anos, concedida a Anderson Arilson de Freitas, Fernanda Meneguel Fogaça, Geni Rosa Duarte, Marcelo Zeni e Paulo José Koling, no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 17 de agosto de 2010. Realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre desde 1994 e moradora do distrito desde 1978.

Entrevista com Francisco (pseudônimo), 57 anos, concedida a Anderson Arilson de Freitas, Éderson Fernando Milan dos Santos, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Paulo José Koling e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010. Realizada em sua residência. Morador de Alto Alegre desde a década de 1980.

Entrevista com Helena (pseudônimo), 58 anos, concedida a Anderson Arilson de Freitas, Éderson Fernando Milan dos Santos, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Paulo José Koling e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010. Realizada em sua residência. Moradora de Alto Alegre desde a década de 1970, comerciante e proprietária de terra.

Entrevista com João (pseudônimo), 56 anos, concedida à autora em 10 de junho de 2011, em sua residência. Morou do distrito de Alto Alegre desde 1980 a 1995, retornando em 2010.

Entrevista com José (pseudônimo), 59 anos, concedida à autora em 09 de junho de 2011, em sua residência. Trabalha como professor na Escola Municipal João Mello de Moraes, no distrito de Alto Alegre desde 1996.

Entrevista com Lúcia (pseudônimo), 30 anos, concedida à autora em 10 de junho de 2011, na Escola de Alto Alegre. Trabalhadora da Escola Estadual de Alto Alegre desde 2002 e moradora do distrito desde 1983.

Entrevista com Luiz (pseudônimo), 70 anos, concedida a Anderson Arilson de Freitas, Éderson Fernando Milan dos Santos, Gabriela Cristina Maceda Rubert, Paulo José Koling e Sandra Regina Ventura Popiolek no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010. Realizada em sua residência. Morador do distrito de Alto Alegre desde a década de 1970.

---

\* As entrevistas realizadas no projeto Sem Fronteiras, no ano de 2010, estão sendo organizadas e serão disponibilizadas ao acervo do CEPEDAL – Núcleo de Pesquisa e Documentação Sobre o Oeste do Paraná, na UNIOESTE – *Campus* de Marechal Cândido Rondon.

Entrevista com Maria (pseudônimo), 34 anos, concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná. Trabalha como professora na Escola Estadual de Alto Alegre desde 1999.

Entrevista com Mauro (pseudônimo), 62 anos, concedida a Éderson Fernando Milan dos Santos e Paulo José Koling no Projeto Sem Fronteiras/UNIOESTE, em 14 de setembro de 2010. Realizada em sua residência. Morador de Alto Alegre desde a década de 1970.

Entrevista com Pedro (pseudônimo), 33 anos, concedida à autora em 10 de junho de 2011, realizada em sua residência. Trabalha como diretor da Escola Estadual de Alto Alegre desde 2003.

Entrevista com Sílvia (pseudônimo), 24 anos, concedida à autora em 09 de junho de 2011, no Colégio Estadual Princesa Izabel, Três Barras do Paraná. Trabalhou como professora na Escola Estadual de Alto Alegre entre 2007 e 2010.

Entrevista com Vitória (pseudônimo), 29 anos, concedida à autora em 10 de junho de 2011. Realizada na Escola de Alto Alegre. Trabalhou como pedagoga na Escola Estadual de Alto Alegre em 2007 e 2011.

## **IMAGENS:**

IMAGEM 1: Localização da Microrregião de Cantuquiriguaçu.

Disponível em: <[http://www.iapar.br/arquivos/File/zip\\_pdf/cantuquiriguacu.pdf](http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/cantuquiriguacu.pdf)>  
acesso em Outubro de 2011.

IMAGEM 2: População de Três Barras do Paraná – 1991-2007.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412785#>>  
Acesso em Março de 2011.

IMAGEM 3: Vista Panorâmica do Distrito de Alto Alegre.

Disponível em: <<http://maps.google.com.br/>> Acesso em setembro de 2011

IMAGEM 4: Emprego RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) - Município de Três Barras do Paraná

Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em Setembro de 2011.

IMAGEM 5: Emprego CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) – Município de Três Barras do Paraná

Disponível em:

<[http://perfilomunicipio.caged.gov.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?mun=412785&uf=pr](http://perfilomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?mun=412785&uf=pr)>

Acesso em Outubro de 2011.

IMAGEM 6: Localização de Alto Alegre em Três Barras do Paraná.

Disponível em:

<<http://wikimapia.org/#lat=-25.4248268&lon=-53.2498741&z=13&l=9&m=b&v=8>> Acesso em março de 2011.

IMAGEM 7: Número de Alunos Matriculados na Escola Estadual de Alto Alegre.

Fonte: ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010, p. 10. Disponível em:

<http://www.tsraltoalegre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6>> Acesso em março de 2011.

### **Documentação Escolar:**

ESCOLA Estadual de Alto Alegre. **Projeto Político Pedagógico**. Três Barras do Paraná, 2010.

PARANÁ. Decreto nº 3.3037, de 03 de outubro de 1980. Secretaria Estadual de Educação. Dispõe sobre a autorização de funcionamento de estabelecimentos de ensino situados na zona rural do município de Catanduvas. Secretaria de Estado da Educação.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 1117/97 CEF – Secretaria de Estado da Educação. Curitiba, 20 de junho de 1997.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ. Decreto nº 075/93, de 14 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a desativação de três Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 091/94, de 07 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre a desativação de cinco Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 362/96, 03 de maio de 1996. Dispõe sobre a desativação de uma Escola Rural Municipal. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 153/9, de 15 de abril de 1998. Dispõe sobre a desativação de vinte e quatro Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 007/2.000, de 10 de fevereiro de 2000. Dispõe sobre a desativação de quatro Escolas Rurais Municipais. Prefeitura Municipal de Três Barras do Paraná.

### **Sites:**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social: <[www.ipardes.gov.br](http://www.ipardes.gov.br)>

<<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>

<[http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona\\_uf\\_consulta.asp?mun=412785&uf=pr](http://perfildomunicipio.caged.gov.br/seleciona_uf_consulta.asp?mun=412785&uf=pr)>



## REFERÊNCIAS

- BACKES, Gilson. **Escolas Rurais**: Um modelo em extinção numa sociedade em mudança. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2005.
- BENFICA, Welessandra A. **A Escola Rural na Década de 90**: expectativas e significados da experiência escolar para os alunos e suas famílias. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte - MG, 2006.
- CARVALHO, Marco A. B.; LEAL, Lourdes, C. T. Uma Proposta de Educação no Campo: Um capítulo da história de luta dos atingidos pela barragem de Salto Caxias no Sudoeste paranaense. Disponível em:  
<[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/4VWVOEN5.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/4VWVOEN5.pdf)> Acesso em Fevereiro de 2011.
- DIAS, Maria Luiza M. S. Marques. Mudanças em Curso no Ensino Público do Paraná. **Revista IPARDES**. Curitiba, n.98, jan/jun, 2000, p.45-65.  
Disponível em <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista\\_PR/98/maria\\_luiza.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/98/maria_luiza.pdf)>. Acesso em julho de 2011.
- FLORES, Maria Marta Lopes. Escolas Rurais Nucleadas. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em julho de 2011.
- FONSECA, Selva Guimarães, SILVA JUNIOR, Astrogildo Fernandes da. Ser professor de história em escolas rurais: identidades em construção. **Educação e Linguagem**, São Paulo, n. 15, 2007, p.193-226.
- FONTANA, Josep. **A História dos Homens**. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia** – Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória**: a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias e a história dos que ficaram. Monografia (Especialização em História Social). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Sobre as águas a memória**: relações de poder e subjetividade durante a implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 2007.
- KHOURY, Yara Aun. Narrativas Oraís na Investigação da História Social. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, 2001, p.79-103.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (orgs). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Coleção Por Uma Educação do Campo, V. 04, 2002.

LESKE, Gilson. **As Escolas Municipais Rurais e a Centralização do Ensino em Pato Bragado (1954-1997)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2006.

LIMA, Jandir Ferrera, et al. A Percepção do Conceito de Desenvolvimento Regional nas Áreas Atingidas Pelos Reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. Disponível em <[e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/297/214](http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/297/214)> Acesso em Julho de 2011.

NITSCHKE, Julio Cesar Vaz. **Três Barras do Paraná**. Curitiba: Letras das Artes, 2001.

PARMIGIANI, Jacqueline. Os Reassentamentos da Crabi: A luta pelo direito a pertencer a um lugar e o difícil processo de mudança social. I Seminário Internacional e III Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2010. Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

PASSADOR. Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais no Estado do Paraná. Disponível em: <[http://www.red-ler.org/projeto\\_escola\\_campo.pdf](http://www.red-ler.org/projeto_escola_campo.pdf)> Acesso em agosto de 2011. Originalmente publicado em: FARAH, Marta F. S.; BARBOZA, Hélio B. (Orgs.) **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 02, dez.1996, p.53 -72.

\_\_\_\_\_. Forma e Significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. **Projeto História**. São Paulo, n.14, 1997, p. 07 -24.

\_\_\_\_\_. Memória e Diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.) **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 67-71.

\_\_\_\_\_. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997, p.13-33.

RAMOS, Lílian M. P. de Carvalho. Escolas Rurais Consolidadas: A experiência paranaense. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.77, 1991, p. 19-23.

Reis Neto, Antonio. **Escola Rural: O caminho da cidade – o caso do município de Floriano – PI**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, 2005.

SANTANA, Eliseu. **Escolas Rurais de Cascavel: Ascensão e declínio**. Monografia (Especialização em História da Educação Brasileira). Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel – PR, 2006.

SANTOS, Carlos Meneses Souza, FREITAS, Sheille Soares. Trabalhadores nas Salas de Escolarização: O ensino de história como enredo possível para a discussão da identificação de classe. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, vol, 19, n. 02, 2010, p. 97-110.

SCHECLUSKI, Nilza. **Ensino Rural no Oeste Paranaense: a Escola Municipal São Roque, Palotina, 1960-1987.** Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2003.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a Exclusão e a Utopia** – Um estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 2002.

SILIPRANDI, Maria Emília M. L. **Modos de Vida: Organização Social e Práticas Políticas dos Agricultores do Reassentamento São Francisco de Assis.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon – PR, 2009.

THOMPSON, Edward Paul. **A miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: Uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. Educação e Experiência. In: **Os Românticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.11-47.

\_\_\_\_\_. O Poder Transformador da Cruz. In: **A Formação da Classe Operária Inglesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Vol. 02, 1987, p. 255-289.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. **Perspectiva.** Florianópolis, v.22, n. 01, 2004, p.145-165.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade.** São Paulo: Cia das Letras, 1990.

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Fernanda Meneguel Fogaça, declaro para os devidos fins que o conteúdo deste Trabalho de Conclusão de Curso é de minha exclusiva autoria, assumindo, portanto totais direitos e responsabilidades sobre ele.

Fernanda Meneguel Fogaça,

---